

25/09/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Para ganhar licitação de merenda em SP, empresa coloca leite Ninho em marca Romano; veja vídeo](#)

[Não podemos constitucionalizar a ineficiência na educação](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Ensino integral melhora resultados em escolas pobres.](#)

[Nordeste se destaca no uso desse modelo](#)

[País precisa decidir qual é a prioridade](#)

Agências de notícias e sites

G1

[Unicamp marca para outubro 1ª assembleia extraordinária da história para votar moção em defesa da ciência e educação](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Ensino integral melhora resultados de escolas pobres no Brasil](#)

AGÊNCIA FOLHA

[É enganosa publicação que associa foto de lixo e entulho a baderna de estudantes na UFSC](#)

G1

[UERR e UFF ofertam 15 vagas em doutorado de sociologia e direito](#)

[Cinco candidatas ignorados por Bolsonaro na escolha de novos reitores de universidades criticam ruptura](#)

[Representantes do MEC se reúnem com investigadores após operação revelar compra de vagas em medicina](#)

PODER 360 - DF

[É enganosa publicação que associa depredação na UFSC a baderna de alunos](#)

PORTAL EXAME

[Weintraub é alvo da Comissão de Ética por crítica a Dilma e Lula](#)

PORTAL ISTOÉ

[Ministro diz que Enem terá como foco conhecimentos objetivos](#)

TERRA

[Ensino integral melhora resultados de escolas pobres no Brasil](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[É enganoso post que associa foto de lixo a baderna de estudantes na UFSC](#)

[Ministro diz que Enem terá como foco conhecimentos objetivos](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DO POVO - RS

[MEC quer professores sem concurso e com CLT](#)

CORREIO DA BAHIA - BA

[Ciclo de Aulões Enem 100% segue até sexta com transmissão online](#)

CORREIO POPULAR – SP

[Gasto com os salários deve cair a 70% nas universidades](#)

DIÁRIO DO PARÁ - PA

[Conselho da Universidade Federal do Pará rejeita proposta do Future-se](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Faculdade privada tem que adaptar aulas para Libras](#)

O DIA - RJ

[Em ofício, MEC pede ensino com diversidade de teorias e versões](#)

O LIBERAL - PA

[MEC defende o fim dos excessos em sala de aula](#)

[UFPA rejeita entrada no Future-se](#)

[Professor poderá ser contratado sem concurso](#)

O TEMPO - MG

[MEC mira combate à “doutrinação” nas escolas](#)

ZERO HORA - RS

[Contratações serão via CLT e não por concurso](#)

Agências de notícias e sites

A CRÍTICA NEWS - AM

[Faculdade de Rondônia é denunciada por emissão de diplomas falsos em nome da Uneb](#)

BOL NOTÍCIAS

[De anti-HIV a proteção de bichos: veja pesquisas da CNPq que podem parar](#)

DOURADOS AGORA

[Educação, Economia e Defesa vão receber 65% dos recursos desbloqueados](#)

OLHAR DIRETO

[Os cortes em ciência e tecnologia e a fuga de cérebros](#)

PORTAL DO MAGISTRADO

[Acir alerta para cortes de recursos em áreas estratégicas no Orçamento de 2020 —](#)

[Senado Notícias](#)

R7

[MEC quer professor sem concurso em universidade federal](#)

RONDONOTÍCIAS - RO

[Faculdade de RO é denunciada por emitir diplomas falsos da UNEB](#)

VOZ DA BAHIA

[Uneb denuncia faculdade de Rondônia por emissão de diplomas falsos](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Não podemos constitucionalizar a ineficiência na educação](#)

G1

[Alunos de bairros periféricos de Uberlândia deverão ter transporte escolar gratuito,](#)

[determina Justiça](#)

PORTAL EXAME

[MEC quer fazer gasto com salários cair a 70% nas universidades](#)

[MEC envia ofício às escolas para combater doutrinação em sala de aula](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC quer combate à ‘doutrinação’](#)

R7

[Gasto com os salários deve cair a 70% nas universidades](#)

[Em ofício, MEC pede combate a propaganda partidária](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC quer reduzir para 70% o gasto das universidades federais com salários](#)

[MEC envia ofício a secretarias de educação para coibir excessos nas escolas](#)

[MEC diz ter enviado ofício a secretarias pedindo "pluralismo de ideias"](#)

[MEC quer combate à doutrinação](#)

[Em ofício, MEC pede ensino com diversidade de teorias e versões](#)

[MEC anuncia ofício para "coibir excessos" de professores e evitar suicídios](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Para ganhar licitação de merenda em SP, empresa coloca leite Ninho em marca Romano; veja vídeo
Sem punição da Secretaria da Educação, fabricante ganha outro pregão para fornecer composto lácteo de leite com baunilha
São Paulo

Na disputa por uma licitação de R\$ 1,4 milhão para produzir 886 mil kg de leite em pó para a merenda da Secretaria Estadual da Educação de São Paulo, uma fabricante reensacou leite Ninho, da Nestlé, na sua embalagem, da marca Romano. Sem punição, a empresa ganhou outro pregão da pasta, sob gestão de Rossieli Soares.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/para-ganhar-licitacao-de-merenda-em-sp-empresa-coloca-leite-ninho-em-marca-romano-veja-video.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Não podemos constitucionalizar a ineficiência na educação

Brasil precisa trilhar o difícil caminho de busca por maior eficiência e equidade

Todos nós queremos que o potencial de desenvolvimento social e econômico do Brasil seja destravado. Mas sejam quais forem as próximas reformas e políticas públicas, elas terão seu impacto limitado pelo nosso baixo capital humano. Sem investir em pessoas, não há como ir além do histórico brasileiro de “voos de galinha”.

O que é preciso fazer? Investir melhor em Educação Básica. É aí que entra o Fundeb, fundo por onde passa mais da metade dos recursos da área, distribuídos para estados e municípios.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/nao-podemos-constitucionalizar-a-ineficiencia-na-educacao.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Ensino integral melhora resultados em escolas pobres.

Das 100 unidades do País com indicadores de qualidade satisfatórios no ensino médio, 82 funcionam em tempo estendido, segundo estudo

ENVIADA ESPECIAL/GOIÂNIA

Assim que toca o sinal, os alunos saem correndo das salas. Eles têm pressa, não para ir embora, como seria de se esperar após nove horas e meia de atividades escolares. Mas para ir ao pátio, onde vão ensaiar para a fanfarras ou treinar handebol. Ao contrário do receio inicial, em um colégio onde 30% dos alunos repetiam ou abandonavam os estudos, aumentar o tempo de aula, com implementação do período integral, fez crescer o interesse pelos estudos e elevou indicadores educacionais da unidade.

A história da Escola Estadual Professor Pedro Gomes, em Goiânia, tem semelhanças com outros colégios de regiões pobres que conseguiram bons resultados por meio do ensino integral. Isso é o que mostra o estudo Excelência com Equidade no Ensino Médio, antecipado pelo Estado. A pesquisa foi desenvolvida pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), em parceria com Instituto Unibanco, Fundação Lemann e Itaú BBA.

Vários fatores interferem nos resultados de aprendizado, mas o nível socioeconômico dos alunos é considerado o de maior influência. Das 5.042 escolas do País que atendem estudantes com renda familiar de até 1,5 salário mínimo no ensino médio, apenas 100 obtiveram índices educacionais satisfatórios. Dessas, 82 são de período integral. “Esse resultado não demonstra que o ensino integral é o único caminho para uma educação de qualidade, mas mostra que praticamente só essas escolas estão conseguindo avançar. Tem sido difícil melhorar sem ser por essa modalidade”, diz Ernesto Faria, diretor do Iede.

A escola Pedro Gomes é uma das mais tradicionais da capital goiana, no maior bairro comercial da cidade, e tinha como principal problema a evasão. Muitos alunos abandonavam os estudos para trabalhar nas lojas e lanchonetes da região. “Eles não viam sentido em continuar estudando e sentiam que ajudariam mais as suas famílias se começassem a trabalhar”, conta o diretor José Joaquim Neto.

Em 2013, a escola foi uma das selecionadas pelo governo de Goiás para um projeto-piloto de tempo integral. Houve resistência ao plano que quase dobrou o tempo de aula, de 5 horas para 9h30 diárias. No primeiro ano de implementação, o colégio perdeu 60 dos 298 alunos. Aos poucos, a unidade voltou a atrair as famílias – no ano passado, a escola tinha 601 matriculados e só 0,5% de abandono.

Carreira. Como seus primos e amigos mais velhos, Geovanni Alves, de 18 anos, queria estudar pela manhã e trabalhar à tarde. Por isso, não gostou de ter sido matriculado na escola no 1.º ano do ensino médio. “Achava que já estava na idade de ter meu dinheiro, ajudar em casa. No primeiro dia de aula, os professores me mostraram que eu podia mais, posso sonhar e ter a profissão que eu quiser se terminar os estudos”, conta o jovem, que vai prestar vestibular para Design de Interiores.

Em outro colégio com ensino em tempo integral em Goiânia, o relacionamento com uma professora-tutora e um trabalho de iniciação científica sobre doenças mentais deram a luz sobre a carreira que Jéssica Ferreira, de 19 anos, queria seguir: Psicologia. “Passei por problemas, não tinha com quem conversar em casa e a escola me ajudou. Tanto pela relação com a tutora, como por esse projeto. Quero ser a primeira da família a ir para a universidade”, diz a jovem, do 3.º ano do ensino médio da Escola Estadual Juvenal José Pedroso, outra das 100 a atingir os resultados.

Especialistas e diretores das escolas ressaltam que não é apenas a ampliação da carga horária a responsável pela melhora nos resultados, mas o aproveitamento do tempo maior para trabalhar conteúdos de interesse do aluno e com diferentes metodologias. Nessas unidades, ele pode escolher disciplinas, recebe tutoria de um professor (com quem pode falar sobre o desempenho, problemas familiares, dificuldades de relacionamento), propõe projetos e opina sobre a escola.

O principal entrave para a expansão das escolas de tempo integral é o custo. Por isso, Faria destaca que, até o País atingir uma rede mais extensa, é possível replicar práticas no período regular. Por exemplo, o monitoramento contínuo do aprendizado. Nas escolas de Goiânia, alunos fazem provas toda segunda e os resultados são analisados pelos professores.

Outra prática é o incentivo à participação dos pais. A Juvenal Pedroso, por exemplo,

tem como meta ter ao menos a presença de 60% dos responsáveis nas reuniões bimestrais. Também liga ou vai até a casa dos alunos que faltaram duas vezes na semana. “A escola e os professores podem mudar a vida desses meninos, mas, se a família participar, é muito mais fácil”, diz a diretora Divina Rocha.

Política. O Plano Nacional de Educação (PNE) prevê 25% das matrículas em tempo integral até 2024 – em 2018, eram apenas 10,3% no ensino médio. O Ministério da Educação (MEC) ainda não fez, neste ano, repasses para o apoio ao período integral nos ensinos fundamental e médio. O Estado mostrou em agosto que o MEC quer montar novo programa para a modalidade, com a ampliação da jornada em faculdades particulares.

Principal política defendida pelo governo Jair Bolsonaro para a educação básica, as escolas cívico-militares (de gestão compartilhada entre civis e militares) não estão entre as 100 que alcançaram indicadores satisfatórios no estudo. Nessa seleção, apareceram três exclusivamente militares, no Maranhão.

Em nota, o MEC diz que “as escolas de tempo integral continuam a ser sua prioridade” e até o fim do ano irá repassar recursos de adiantamento previstos para 2020. O valor não está definido.

Questionado sobre o novo formato do programa de fomento às escolas de tempo integral, a pasta informou que a “política será mantida para os próximos anos com poucas alterações”.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Nordeste se destaca no uso desse modelo

O alto custo da implementação do ensino em tempo integral é apontado como o principal entrave para a expansão. Até Estados mais ricos têm dificuldade de ampliar o número de matrículas com a jornada ampliada. Em São Paulo, por exemplo, 8,6% de seus alunos de ensino médio estão matriculados no período integral, porcentual mais baixo do que a média nacional, de 10,3%.

Os Estados que mais têm avançado nesse modelo são os do Nordeste. Para essa etapa, dois deles alcançaram ainda no ano passado a meta prevista pelo Plano Nacional de Educação (PNE) para 2024, que é ter 25% dos alunos no tempo integral. Pernambuco já alcançou 49% das matrículas e a Paraíba, 25,1%. Ceará também se destaca, com 23,4%.

Promessa de campanha do governador João Doria (PSDB), a expansão das escolas de tempo integral na rede paulista começou neste mês a dar os primeiros passos, com a publicação de uma resolução que garante essa expansão.

Segundo Caetano Siqueira, da coordenadoria pedagógica da Secretaria Estadual de Educação, a expectativa é expandir para mais cem escolas – hoje, são 417. O valor a ser investido não foi informado. / I.P.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

País precisa decidir qual é a prioridade

Ana Inoue ASSESSORA DE EDUCAÇÃO DO ITAÚ BBA

O ensino médio é a última etapa da política de educação pública universal. Por isso, essa fase é tão desafiadora para o País. É nela que ainda podemos mudar o futuro dos jovens. O desafio é grande porque muitos alunos chegam a esse ciclo com um acúmulo de defasagens dos anos escolares anteriores e desinteressados porque a escola parou de dialogar com seus interesses.

O Brasil tem hoje um ensino médio estruturado para quatro horas diárias de atividades, mas um estudo do Banco Mundial cronometrou as aulas e descobriu que, em média, apenas duas horas são aproveitadas para, de fato, ensinar. Como conseguir um aprendizado adequado de um aluno que já arrasta deficiências em apenas duas horas?

Não existe mágica e é por isso que o ensino em tempo integral tem se destacado tanto, nas suas mais diversas experiências pelo País. Diversas pesquisas internacionais e as práticas dos países com os melhores resultados educacionais do mundo já mostraram que o ensino em período integral é exitoso.

O Brasil tem características bastante peculiares, mas esse estudo mostra que, para nós, essa modalidade também funciona. O ensino integral custa caro? Sim, mas precisamos decidir qual é a prioridade dos nossos investimentos em educação. Se é garantir o aprendizado dos nossos jovens, ele vale a pena e há diversas evidências de que funciona.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Unicamp marca para outubro 1ª assembleia extraordinária da história para votar moção em defesa da ciência e educação

Reunião no Ciclo Básico foi aprovada por conselho, nesta terça, em meio aos desdobramentos dos cortes de verbas feitos pelo governo federal. Reitor fala em união por causa comum.

A Unicamp aprovou na tarde desta terça-feira (24) a marcação da 1ª assembleia extraordinária da história da universidade, fundada há 53 anos, para votar uma moção em defesa da ciência, educação e autonomia universitária. A convocação foi confirmada durante reunião do Conselho Universitário (Consu), órgão máximo de deliberação da instituição estadual, e ocorre em meio ao cenário de crise financeira e aos desdobramentos dos cortes de verbas feitas pelo governo federal.

A discussão irá ocorrer no Ciclo Básico, em 15 de outubro, das 12h às 14h. Segundo a assessoria da universidade, o último ato promovido pela comunidade acadêmica com proporções idênticas - mas sem que houvesse convocação - ocorreu em 1981, para protesto contra a tentativa de intervenção na administração da Unicamp pelo ex-governador Paulo Maluf, à época do regime militar.

Objetivos

Em nota, o reitor, Marcelo Knobel, destaca que a proposta é reunir a comunidade acadêmica em torno de uma causa comum. A Unicamp reforça que ela surgiu após iniciativa dos estudantes de graduação e pós, por meio de grupos acadêmicos que fizeram a solicitação para os debates.

"Precisamos reunir todas as entidades representativas da universidade para nos posicionarmos contra os ataques que estamos sofrendo e chamar a sociedade em defesa da ciência, da educação e da autonomia universitária no país", destaca o reitor.

#Unicamp convoca assembleia geral em defesa da Ciência e Educação para dia 15/10 às 12h. O objetivo é votar uma moção e conscientizar a sociedade contra os ataques às universidades e institutos de pesquisa, especialmente com os cortes de bolsas e ameaças à autonomia universitária. É a primeira vez em 53 anos que a Unicamp convoca uma assembleia universitária. Confira o recado do reitor Marcelo Knobel. Para saber mais, acesse o site da Unicamp (link na bio)

Vestibular Unicamp 2020: com História entre mais concorridos, coordenador atribui interesse ao tempo de crise

Unicamp decide suspender excedente de supersalários de 328 servidores até limite do teto estadual de R\$ 23 mil

Unicamp cria grupo de ajuda emergencial a pesquisadores afetados com cortes de bolsas CNPq e **Capes**

Reitor admite preocupação com queda da Unicamp no ranking das melhores do mundo diante de cortes na educação

A iniciativa, segundo a universidade, ainda conta com apoio das entidades que representam os docentes, servidores técnico-administrativos, do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e da Associação de Pós-Graduação (APG). De acordo com Knobel, um grupo de trabalho com representantes da comunidade será formado para a organização do ato.

"O texto da moção a ser apresentada durante a assembleia também será elaborado a partir da colaboração dos participantes", informa nota da assessoria.

Grupo de ajuda emergencial

No início deste mês, a Unicamp anunciou a criação de um grupo de trabalho para discutir medidas emergenciais de apoio aos bolsistas de pós-graduação atingidos pelo contingenciamento de recursos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Uma das medidas definidas pelo grupo foi a criação do Programa Emergencial de Apoio a Bolsistas do CNPq, que deve oferecer suporte aos alunos através de acesso a alimentação, bolsa moradia, suporte à saúde mental e criação de um fundo de apoio.

Corte de bolsas da **Capes** e CNPq

No dia 2, a **Capes** anunciou cortes de 5.613 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado no Brasil, a partir deste mês. Foi o terceiro comunicado do tipo neste ano. Ao todo, a **Capes** vai deixar de oferecer cerca de 11 mil bolsas e não serão aceitos novos pesquisadores neste ano.

Na Unicamp, a lista deve refletir em 58, segundo a universidade. Com isso, o contingenciamento total sobe para 115, já que o Conselho havia restringido a verba para 57 bolsas em maio e junho.

Modalidades de pós-graduação afetadas em setembro na Unicamp pelo corte da **Capes**:

Mestrado: 31 bolsas

Doutorado: 26 bolsas

Pós-doutorado: 1 bolsa

Em agosto, o CNPq anunciou a suspensão da assinatura de novos contratos de bolsas de estudo e pesquisa. Ao todo, 478 pesquisadores de mestrado e 635 de doutorado dependem de bolsas do CNPq na Unicamp. Além deles, cerca de 650 da graduação têm contratos de iniciação científica.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Ensino integral melhora resultados de escolas pobres no Brasil

Das 100 unidades com indicadores de qualidade satisfatórios no ensino médio, 82 funcionam em tempo estendido, segundo estudo

GOIÂNIA - Assim que toca o sinal indicando o fim das aulas, um grupo de alunos sai correndo das salas. Eles não estão com pressa de ir embora, como seria de se esperar após nove horas e meia de atividade escolar, mas para ir ao pátio, onde vão ensaiar para a fanfarra ou treinar handebol.

Em um colégio onde 30% dos alunos repetiam ou abandonavam os estudos, houve um receio inicial em aumentar o tempo de classe, com o período integral. A solução surpreendeu, fez aumentar o interesse dos jovens pelos estudos e melhorou os indicadores educacionais da unidade.

A história da Escola Estadual Professor Pedro Gomes, em Goiânia, tem semelhanças com vários outros colégios de regiões pobres que conseguiram bons resultados por meio do ensino integral. Isso é o que mostra o Excelência com Equidade no Ensino Médio, estudo antecipado ao Estado e desenvolvido pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), instituto que fez o estudo em parceria com Instituto Unibanco, Fundação Lemann e Itaú BBA.

Diversos fatores interferem nos resultados de aprendizado, mas o nível socioeconômico dos alunos é considerado o de maior influência. Das 5.042 escolas do País que atendem estudantes com renda familiar de até 1,5 salário mínimo, apenas 100 obtiveram índices educacionais - em avaliações oficiais do Ministério da Educação - considerados satisfatórios, sendo que 82 delas atendem em período integral.

A principal política defendida pelo governo Jair Bolsonaro para a educação básica, as escolas cívico-militares (de gestão compartilhada entre civis e militares) não estão entre as 100 que alcançaram os indicadores mínimos de qualidade analisados pelo estudo. Nessa seleção apareceram três militares, todas no Maranhão. Segundo os pesquisadores, não há evidências que comprovem ou refute o impacto positivo desse modelo no aprendizado de alunos com alta vulnerabilidade social.alteração das militares.

“Esse resultado não demonstra que o ensino em tempo integral é o único caminho para uma educação de qualidade, mas mostra que praticamente só essas escolas estão conseguindo avançar. Tem sido difícil melhorar sem ser por essa modalidade”, diz Ernesto Faria, diretor do Iede.

A escola Pedro Gomes é uma das mais tradicionais de Goiânia, no maior bairro comercial da cidade, e tinha como principal problema a evasão. Muitos alunos abandonavam os estudos para ir trabalhar nas lojas e lanchonetes da região. “Eles não viam sentido em continuar estudando e sentiam que ajudariam mais as suas famílias se comessem a trabalhar. Não os convencíamos de que a escola era importante”, conta o

diretor José Joaquim Neto.

Em 2013, a escola foi uma das selecionadas pelo governo de Goiás para um projeto-piloto de tempo integral e houve muita resistência ao plano, que quase dobrou o tempo de aula, de 5 horas para 9 horas e meia diárias. No primeiro ano de implementação, o colégio perdeu 60 dos 298 alunos. Aos poucos, o interesse dos estudantes e a melhora no aprendizado fez com que a unidade voltasse a atrair as famílias - em 2018, a escola já estava com o dobro do tamanho, com 601 matriculados e só 0,5% de abandono.

Como seus primos e amigos mais velhos, Geovanni Alves, de 18 anos, queria estudar pela manhã e trabalhar à tarde, por isso, não gostou de ter sido matriculado na escola Pedro Gomes no 1º ano do médio. “Achava que já estava na idade de ter meu dinheiro, ajudar em casa. Já no primeiro dia de aula, os professores me mostraram que eu podia mais, que posso sonhar e ter a profissão que quiser se eu terminar os estudos”, conta o jovem, que vai prestar vestibular neste ano para o curso de Design de Interiores.

Especialistas e os diretores das escolas em tempo integral ressaltam que não é só a ampliação da carga horária a responsável pela melhora, mas o aproveitamento do tempo maior para trabalhar conteúdos de interesse do aluno e com diferentes metodologias. Nessas unidades, o adolescente pode escolher disciplinas eletivas, recebe tutoria de um professor (com quem pode falar sobre o desempenho escolar, problemas familiares, dificuldades de relacionamento com os colegas), propõe projetos e opina sobre o funcionamento escolar.

O relacionamento com uma professora-tutora e um trabalho de iniciação científica sobre doenças mentais fizeram Jéssica Ferreira, de 19 anos, optar por Psicologia na faculdade. “Passei por alguns problemas, não tinha com quem conversar em casa e a escola me ajudou muito. Tanto pela minha relação com a tutora, como por esse projeto que me ajudou a entender um novo mundo”, conta a jovem, que está no 3º ano do ensino médio da Escola Estadual Juvenal José Pedroso, em Goiânia, e uma das 100 a conseguirem os resultados. “Estou muito focada em passar no vestibular porque quero ser a primeira da minha família a ir para a universidade e ter um futuro diferente”,

O principal entrave para a expansão das escolas de tempo integral é o custo. Por isso, Faria destaca que, até o País atingir uma rede mais extensa (o Plano Nacional de Educação prevê alcançar 25% das matrículas nessa modalidade até 2024 - em 2018, eram só 10,3% no ensino médio), é possível replicar algumas práticas no período regular. Por exemplo: o uso de dados e monitoramento contínuo do aprendizado. Nas escolas de Goiânia, os alunos fazem provas toda segunda-feira e os resultados são analisados pelos professores para identificar quais as dificuldades de cada turma e se a metodologia de ensino está correta.

Outra prática é o incentivo à participação dos pais na vida escolar dos filhos. A escola Juvenal Pedroso estabeleceu como meta ter ao menos a presença de 60% dos responsáveis nas reuniões de pais bimestrais. Também tem como prática ligar ou ir à casa dos alunos que faltaram duas vezes na semana. “A escola e os professores podem mudar a vida desses meninos, mas, se a família participar, é muito mais fácil. Percebemos que nosso papel também é conscientizar os pais sobre a importância da participação deles”, conta a diretora, Divina Rocha.

“Essas práticas podem ter efeito positivo nas escolas regulares, mas, como sempre na educação, não há uma única medida efetiva. Sempre é um conjunto de ações. O período integral mostra que consegue abarcar o maior número de práticas efetivas”, destaca Faria.

Apesar das vantagens da jornada ampliada, o Ministério da Educação (MEC) este ano não fez repasses para o apoio ao período integral nos ensino fundamental e médio. O Estado mostrou em agosto que a pasta quer montar um novo programa para a modalidade, com a oferta de disciplinas e atividades no contra-turno em faculdades particulares.

Em nota, o MEC diz que "as escolas de tempo integral continuam a ser sua prioridade" e que até o fim do ano irá repassar recursos de adiantamento previstos para 2020, apesar de informar que o valor ainda não foi definido nem estimado. Questionado sobre o novo formato do programa de fomento às escolas de tempo integral, o ministério informa detalhes e diz apenas que a "política será mantida para os próximos anos com poucas alterações".

Segundo Faria, a metodologia para encontrar as escolas com melhores práticas em contextos de alta vulnerabilidade precisou levar em consideração outros indicadores que não fossem só aqueles que avaliam o nível de aprendizado. “Nossa educação básica não entrega excelência, mesmo as escolas que estão muito acima da média nacional ainda têm desempenho muito longe de ser considerado ideal.”

Nenhuma das cem escolas, por exemplo, consegue garantir que 70% dos alunos tenham aprendizado adequado nas duas disciplinas avaliadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), Matemática e Língua Portuguesa. Por isso, além dos resultados nessa prova nacional, o estudo também colocou como critérios que as unidades selecionadas deveriam ter no mínimo 95% de taxa de aprovação e resultado igual ou superior da média nacional nas provas e redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A adoção de mais de um critério foi necessária para encontrar as escolas que conseguiram reverter a tendência de resultados ruins em suas regiões, apesar de ainda enfrentarem desafios. A escola Pedro Gomes, por exemplo, obteve nota 5,54 no Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), muito acima da média goiana, de 4,3, e da nacional, de 3,8. Ainda assim, só 63% dos estudantes tinham um aprendizado considerado adequado para Língua Portuguesa ao final do 3º ano do médio e só 12%, em Matemática.

Situação parecida é a da escola Juvenal Pedroso, que teve nota de 5,59 no Ideb, mas tem só 64% e 17% dos alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática, respectivamente. "Destacamos as ações dessas escolas porque elas estão em contextos extremamente difíceis e sem o suporte de uma política pública consistente. Tanto essa política não existe que não encontramos nenhuma rede inteira que pudéssemos destacar como sendo de excelência. Todos os casos são pontuais e isolados", diz Faria.

Entre os principais problemas citados pelos diretores, alunos e professores estão a falta de recursos financeiros, infraestrutura, ausência de formação continuada aos docentes,

baixa remuneração e os problemas socioeconômicos das famílias. "Minha prioridade é sempre investir no que vai melhorar o aprendizado, mas as escolhas são difíceis. Se tenho dinheiro, é sempre optar por comprar mais material didático ou consertar uma janela, uma porta", diz Joaquim Neto.

Eles contam que o envolvimento dos professores com as turmas também os leva muitas vezes a usar o próprio salário para comprar material escolar ou até mesmo ajudar algum aluno a permanecer na escola. "Às vezes, sabemos que uma família está com tanta dificuldade que está passando fome, vemos que o menino come o máximo que der da merenda de sexta-feira porque só vai voltar a comer na segunda de manhã. Como esperar que esse aluno não pense em deixar a escola e procurar emprego? Por isso, montamos cestas básicas para entregar às famílias", conta Divina.

O esforço não passa despercebido pelos alunos. "Os professores daqui nos ouvem. Mais do que isso, se importam com a gente. Eles são como uma segunda família e sei que, se eu estudar, terão orgulho de mim", diz Jéssica.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

É enganosa publicação que associa foto de lixo e entulho a baderna de estudantes na UFSC

Entulhos foram acumulados após um mutirão de limpeza feito por estudantes em greve na universidade

São Paulo

É enganosa publicação nas redes sociais que associa fotografias de pichações e entulhos de lixo em frente a um prédio da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) a "baderna" na universidade pública. O lixo foi acumulado em frente ao prédio após um mutirão de limpeza feito por estudantes em greve na universidade. Alguns dias depois, o lixo foi retirado do local.

As pichações das fotos também são verdadeiras, porém o projeto Comprova não conseguiu identificar quando foram feitas. O registro mais antigo das pichações no prédio é de novembro de 2012, segundo um texto no site oficial da universidade. Também um texto de agosto de 2014 do site ND Total traz uma imagem do centro de convivência pichado.

Conforme mostra reportagem do telejornal produzido por alunos de jornalismo da UFSC, a limpeza foi realizada no dia 11 de setembro por estudantes que ocuparam o prédio e decidiram concentrar ali atividades da greve estudantil, iniciada no dia 10. A mobilização é contra os cortes orçamentários do governo federal nas universidades públicas.

A informação de que os entulhos foram resultado do mutirão de limpeza feito após o início da greve foi repassada por três estudantes entrevistados pelo Comprova. O lixo foi retirado da entrada do prédio no dia 20, segundo estudantes ouvidos pelo Comprova.

A administração da universidade também afirmou, em postagem em seu perfil no Twitter publicada após a viralização das fotos, que o lixo visto na imagem era resultado do mutirão de limpeza feito pelos estudantes. Os alunos que estão em greve ocuparam o

prédio “para concentrar as atividades da greve estudantil”.

A pedido do Comprova, o estudante de jornalismo da UFSC Gabriel Vieira foi ao prédio onde estavam os entulhos e fez um vídeo, às 7h53 do dia 20, do lado de fora do edifício, que mostra o lixo sendo removido por uma empresa de limpeza não identificada. Ele também fez uma fotografia do lugar no mesmo dia, mas no final da tarde, apontando que o prédio estava limpo de novo. A informação da data, associada ao local, está nos metadados dos arquivos checados pelo Comprova.

A fotografia dos entulhos viralizou ao lado de outras imagens que mostram pichações nas paredes do centro de convivência, prédio da UFSC que abriga o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e uma agência dos Correios, mas antes acomodava também uma livraria e outras áreas de lazer. Ao menos desde 2010, o centro está abandonado, segundo a UFSC, por falta de recursos para infraestrutura.

Tuíte da conta oficial da UFSC informa que o acesso ao prédio foi bloqueado devido à necessidade de obras estruturais. “Como estamos enfrentando uma escassez de recursos, especialmente para obras, não foi possível reformá-lo. Uma parte do prédio, no térreo, é liberada para uso”, afirmou.

A ex-reitora Roselane Neckel negou, em 2014, que o prédio estivesse abandonado, mas reconheceu que faltavam projetos complementares para a reforma do prédio. Há cinco anos, ela previa lançar uma licitação para a obra, o que nunca foi feito.

O Comprova não encontrou o autor das imagens das pichações, mas fotos no Google Maps e no Instagram e outras imagens feitas no local para o Comprova confirmam que o prédio está depredado pelo menos há quatro anos.

Pelo Google Maps, é possível ver o prédio por fora. Na foto tirada em janeiro de 2019, o prédio realmente está pichado e com papéis colados nas paredes, parecendo abandonado. No registro mais antigo do local, datado em julho de 2017, as pichações já haviam sido feitas e os vidros já estavam quebrados.

O Comprova verificou o conteúdo de um tuíte publicado pelo perfil do empresário Luciano Hang no Twitter e de uma postagem da página República de Curitiba no Facebook.

Procurada, a assessoria de imprensa do empresário afirmou por email que as fotos foram recebidas de “um aluno que não quer se identificar para não sofrer represália”.

Enganoso para o Comprova é o conteúdo que confunde ou que seja divulgado para confundir, com ou sem a intenção deliberada de causar dano.
Desempenho e orçamento da UFSC

Na sua publicação no Twitter, Luciano Hang afirma que “enquanto a maioria dos brasileiros paga seus estudos com dificuldade, quem tem a oportunidade de estudar em uma federal faz esta baderna”. Diferentemente do que o tuíte sugere, a UFSC é bem avaliada em diferentes rankings.

No ranking mundial da revista britânica Times Higher Education, divulgado em

setembro de 2019, a universidade é a quinta brasileira mais bem colocada e tem nota máxima (5) no Índice Geral de Cursos (IGC), medido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC). Além disso, a instituição é a sexta colocada no Ranking Universitário da Folha, com nota final 92,3 (de 100).

A página República de Curitiba diz que R\$ 1,7 bilhão é pago por ano "para sustentar esta corja". O valor se aproxima ao orçamento de 2019 da UFSC, que foi de R\$ 1,5 bilhão e teve bloqueios no valor de R\$ 60 milhões.

O orçamento previsto para este ano era de R\$ 1,3 bilhão para pessoal e encargos sociais, R\$ 227 milhões em despesas correntes, como pagamento de água, energia e serviços de limpeza e segurança, além de R\$ 25 milhões para investimentos.

A UFSC está entre as universidades mais afetadas pelo contingenciamento de recursos das instituições federais de ensino superior anunciado em abril pelo MEC. Até setembro, o corte representou 35% dos recursos antes previstos para despesas não obrigatórias da instituição. Para o secretário de Planejamento e Orçamento da instituição, Vladimir Arthur Fey, se os valores não forem desbloqueados a UFSC não funcionará até o fim do ano.

Além de reivindicar o fim dos bloqueios, a greve estudantil na UFSC protesta contra o Future-se, projeto apresentado em julho pelo governo federal para incentivar as universidades a captar recursos privados, diante da crise no orçamento das instituições.

Participaram da apuração deste texto Nexo, Jornal do Comercio, Poder360 e TV Band.

Projeto Comprova

O Comprova é uma coalizão de veículos jornalísticos que visa identificar, checar e combater rumores, manipulações e notícias falsas sobre políticas públicas. É possível sugerir checagens pelo WhatsApp da iniciativa, no número (11) 97795-0022.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UERR e UFF ofertam 15 vagas em doutorado de sociologia e direito

Vagas são exclusivas para pessoas que moram em Roraima. Inscrição custa R\$ 150 e vai até o dia 13 de outubro.

A Universidade Estadual de Roraima (UERR) e a Universidade federal Fluminense (UFF) abriram nesta terça-feira (24) inscrições para doutorado em Sociologia e Direito. São ofertadas 15 vagas para pessoas que moram em Roraima.

CONFIRA O EDITAL

As inscrições vão até o dia 13 de outubro e devem ser feitas exclusivamente por meio do formulário eletrônico disponível na página do Programa de Pós graduação em Sociologia e Direito da UFF. A taxa é de R\$ 150.

A seleção e as aulas do doutorado acontecerão no campus Boa Vista da UERR, na Rua 7 de Setembro, nº 231, bairro Canarinho, zona Leste de Boa Vista.

A seleção ocorrerá em quatro etapas: prova escrita sobre a bibliografia; prova escrita de

proficiência em duas línguas estrangeiras francês, Inglês, Italiano; exame dos títulos (currículo); e apresentação oral do projeto e entrevista.

O objetivo do doutorado é formar profissionais para as atividades acadêmicas e preparados para a reflexão, o ensino e a pesquisa, bem como formar profissionais que, mesmo estando orientados para o mercado, possam repercutir, em sua prática cotidiana, as preocupações básicas com o trabalho, a cidadania, a exclusão social, os direitos humanos, o acesso à justiça e a questão ambiental.

Informações sobre o corpo docente, suas atividades atuais, linhas, grupos e projetos de pesquisa poderão ser obtidos no endereço eletrônico do programa.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Cinco candidatos ignorados por Bolsonaro na escolha de novos reitores de universidades criticam ruptura

Bolsonaro interveio em 6 das 12 nomeações para reitores. Candidatos indicados em consulta pública afirmam que presidente afronta a autonomia das universidades.

Candidatos que ficaram em 1º lugar na lista tríplice para o cargo de reitores em cinco universidades federais divulgaram nesta terça-feira (24) uma carta repudiando as nomeações feitas pelo governo de Jair Bolsonaro.

Governo interveio em 6 de 12 nomeações de reitores de universidades federais até agosto

Desde que assumiu a Presidência, Bolsonaro optou por não seguir a vontade da comunidade acadêmica na nomeação de novos reitores e, selecionou candidatos de acordo com a sua preferência. O que é permitido por lei, já que, a escolha final cabe ao presidente da República.

A carta é assinada pelos candidatos Anderson André Genro Alves, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Custódio Luís Silva de Almeida, da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fábio César da Fonseca, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Georgina Gonçalves dos Santos, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e Gilciano Saraiva Nogueira, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

No texto, eles classificam a escolha de Jair Bolsonaro como um atentado à autonomia e ao processo democrático das universidades.

"Para além da falta de clareza dos critérios utilizados para as nomeações, o que representa notória violação dos princípios constitucionais da publicidade, da moralidade e da impessoalidade, estas ações representam uma forte ruptura com os processos democráticos de gestão das instituições acadêmicas" - carta dos reitores eleitos

Ao todo, o governo interveio em 6 das 12 nomeações para o cargo da reitoria até agosto. A medida gerou uma série de protestos em algumas universidades. Na Universidade Federal do Ceará (UFC) por exemplo, os estudantes bloquearam a entrada da reitoria para evitar a transferência de cargo.

Os candidatos geralmente são indicados por representantes da universidade por meio de

uma lista tríplice. Em algumas instituições, ocorre uma consulta pública informal na comunidade acadêmica com os três candidatos e, por tradição, o mais votado geralmente ocupa o cargo de reitor.

Lista tríplice

O reitor das universidades e institutos pode ocupar o cargo por um mandato de quatro anos e tem direito a uma reeleição. A eleição tem várias etapas, sendo que as principais são: elaboração de uma lista tríplice pela instituição e posterior nomeação, pela qual o presidente da República escolhe um dos três nomes. No caso dos institutos, regidos por outra legislação, o resultado enviado ao MEC contém apenas um nome, do candidato mais votado.

Em boa parte das instituições, a lista tríplice é formada após uma consulta pública informal à comunidade acadêmica, na qual estudantes, professores e servidores podem votar no sistema paritário, no qual cada voto tem o mesmo peso, independentemente da categoria. Na elaboração da lista tríplice, porém, o voto dos professores tem peso maior do que o dos representantes de estudantes e de servidores – condição obrigatória para o MEC aceite a lista.

Não existe lei que obrigue o presidente a nomear o primeiro colocado da chamada lista tríplice, mas ele não pode escolher alguém de fora da lista, a não ser temporariamente.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Representantes do MEC se reúnem com investigadores após operação revelar compra de vagas em medicina

Reunião solicitada pelo Ministério Público Federal (MPF) começou por volta das 14h e foi realizada na sede da Procuradoria da República de Jales (SP). Doze pessoas permanecem presas.

Representantes do Ministério da Educação (MEC) se reuniram nesta terça-feira (24) com os responsáveis pela investigação da operação Vagotomia, que revelou um esquema de supostas fraudes envolvendo liberação de financiamentos de programas do Governo Federal para estudantes ingressarem na Universidade Brasil.

A reunião foi solicitada pelo Ministério Público Federal (MPF) e começou por volta das 14h na sede da Procuradoria da República de Jales (SP). O delegado da Polícia Federal, Cristiano Pádua, esteve presente.

De acordo com informações obtidas pela TV TEM, o encontro foi para tratar da situação da Universidade Brasil e encontrar possíveis medidas para reverter os prejuízos causados aos cofres públicos.

Além disso, foi solicitado que o Ministério da Educação encontre formas para que os alunos beneficiados pela fraude devolvam o dinheiro do Financiamento Estudantil (Fies) e Programa Universidade para Todos (Prouni) liberado supostamente de forma ilegal.

A imprensa não pôde acompanhar a reunião. Os representantes não quiseram gravar entrevista, mas disseram à equipe da TV TEM que foram até Jales para se colocar à disposição de todos os órgãos responsáveis pela operação Vagotomia.

Operação

A operação intitulada como Vagatomia foi deflagrada no dia 3 de agosto depois das investigações apontarem que estariam ocorrendo irregularidades no campus de um curso de medicina em Fernandópolis.

De acordo com a PF, o esquema contava com “assessorias educacionais”, que vendiam vagas no curso de medicina, financiamentos Fies e Prouni, além de fraudes em cursos relacionados ao Exame Revalida.

Essas assessorias tinham o apoio dos donos e toda a estrutura administrativa da universidade para negociar centenas de vagas para alunos, que aceitaram pagar pelas fraudes em troca de matrícula no curso de medicina.

Ao todo, 250 policiais federais foram às ruas para cumprir 77 mandados nas cidades de Fernandópolis, São Paulo, São José do Rio Preto (SP), Santos (SP), Presidente Prudente (SP), São Bernardo do Campo (SP), Porto Feliz (SP), Meridiano (SP), Murutinga do Sul (SP), São João das Duas Pontes (SP) e Água Boa (MT).

Ao todo, 12 pessoas ainda continuam presas. Entre elas, uma médica e o empresário e reitor da universidade, o engenheiro José Fernando Pinto Costa, de 63 anos.

Outros dez suspeitos foram libertados no dia 13 de agosto depois da Justiça determinou a soltura. O filho do reitor, Stephano Bruno, foi um dos beneficiados.

Mesmo em liberdade, os suspeitos continuam sob investigação e terão que cumprir uma série de medidas cautelares determinadas pela Justiça Federal.

Stephano Bruno e José Fernando Pinto Costa são apontados pela polícia como chefes da organização. O grupo pode ter usado R\$ 500 milhões do fundo de forma fraudulenta e as vagas eram compradas pelos estudantes por até R\$ 120 mil. Áudios revelam como funcionava o esquema.

Investigações da Polícia Federal apontam que os dois usavam o dinheiro desviado para comprar jatinhos, helicópteros, imóveis e até para fazer viagens internacionais, enquanto faltavam materiais básicos na Universidade Brasil como papel higiênico.

O que dizem os citados

A defesa do reitor e da Universidade Brasil negou qualquer esquema fraudulento e disse que até o momento não há nenhum elemento que aponte que ele sabia do que estava acontecendo.

Além disso, a defesa também alega que a universidade está à disposição para ajudar nas investigações e identificar os responsáveis.

O Ministério da Educação afirmou que tem colaborado com as investigações e está à disposição da Polícia Federal e do Ministério Público Federal (MPF) também que instaurou um processo administrativo e a universidade foi suspensa cautelarmente para novos contratos do Fies e do Prouni.

Há cerca de uma hora, o MPF liberou a ata da reunião. Nela, o MEC educação reforçou

o que se comprometeu a viabilizar a reparação dos danos pelos alunos irregularmente beneficiados pelo Fies para reparação dos danos ao erário e que, em dez dias, irá comunicar o resultado ao MPF.

topo ↕

PODER 360 - DF - TEMPO REAL

É enganosa publicação que associa depredação na UFSC a baderna de alunos

É enganosa publicação nas redes sociais que associa fotografias de pichações e entulhos de lixo em frente a 1 prédio da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) à alegada baderna na universidade pública. O lixo foi acumulado em frente ao prédio após 1 mutirão de limpeza feito por estudantes em greve na universidade. Alguns dias depois, o lixo foi retirado do local.

As pichações também são verdadeiras, porém o Comprova não conseguiu identificar quando foram feitas. O registro mais antigo das pichações no prédio é de novembro de 2012, segundo 1 artigo no site oficial da Universidade. Além disso, 1 artigo de agosto de 2014 do site ND Total traz uma imagem do centro de convivência pichado.

Conforme mostra reportagem do telejornal produzido por alunos de Jornalismo da UFSC, a limpeza foi realizada em 11 de setembro por estudantes que ocuparam o prédio e decidiram concentrar ali atividades da greve estudantil, iniciada no dia 10. A mobilização é contra os cortes orçamentários do governo federal nas universidades públicas.

A informação de que os entulhos foram resultado do mutirão de limpeza feito após o início da greve foi repassada por 3 estudantes entrevistados pelo Comprova e confirmada pela UFSC no Twitter. O lixo foi retirado da entrada do prédio no dia 20, segundo estudantes ouvidos pelo Comprova, o que pode ser atestado em imagens enviadas por eles.

A pedido do Comprova, o estudante de Jornalismo da UFSC Gabriel Vieira foi ao prédio onde estavam os entulhos e fez 1 vídeo, às 7h53 do dia 20, do lado de fora do edifício, que mostra o lixo sendo removido por uma empresa de limpeza não identificada. Ele também fez uma fotografia do lugar no mesmo dia, mas no final da tarde, apontando que o prédio estava limpo de novo. A informação da data, associada ao local, está nos metadados dos arquivos checados pelo Comprova.

A fotografia dos entulhos viralizou ao lado de outras imagens que mostram pichações nas paredes do centro de convivência, prédio da UFSC que abriga o DCE (Diretório Central dos Estudantes) e uma agência dos Correios, mas antes acomodava também uma livraria e outras áreas de lazer. Ao menos desde 2010, o centro está abandonado, segundo a UFSC, por falta de recursos para infraestrutura. O Comprova não encontrou o autor das imagens das pichações, mas fotos no Google Maps e no Instagram e outras imagens feitas no local para o Comprova confirmam que o prédio está depredado há, pelo menos, 4 anos.

O Comprova verificou o conteúdo de 1 tuíte publicado pelo empresário Luciano Hang no Twitter e de 1 post da página República de Curitiba no Facebook.

Procurada, a assessoria de imprensa do empresário afirmou, por e-mail, que as fotos foram recebidas de “1 aluno que não quer se identificar para não sofrer represália”.

Enganoso para o Comprova é o conteúdo que confunde ou que seja divulgado para confundir, com ou sem a intenção deliberada de causar dano.

Como verificamos

Para esta verificação, o Comprova entrou em contato com o estudante de História Marco Antonio Marcon Pinheiro Machado, representante do DCE da universidade, e os alunos de jornalismo Luiza Morfim e Gabriel Vieira, além das assessorias de imprensa da UFSC e de Luciano Hang.

Também usamos a busca reversa de imagens do Google, que permite encontrar imagens semelhantes que já tenham sido publicadas na internet, e pesquisamos fotos do centro de convivência no Google Street View e na ferramenta de localização do Instagram, fazendo uma busca com os termos “centro de convivência UFSC” na rede social.

Você pode refazer o caminho da verificação do Comprova usando os links para consultar as fontes originais ou visualizar a documentação que reunimos.

O que há no centro de convivência

Construído em 1970, o centro de convivência é 1 dos prédios mais antigos da universidade, que foi fundada em 1960. De acordo com a UFSC, os espaços foram desativados aos poucos desde o início dos anos 2000: o restaurante, por exemplo, fechou em 2006 e a galeria de arte deixou de abrigar exposições em 2015. Hoje, apenas o DCE e os Correios funcionam no prédio.

Uma publicação na conta oficial da instituição no Twitter foi feita em 19 de setembro, depois da viralização das fotos da pichação. O texto informa que o acesso ao prédio foi bloqueado devido à necessidade de obras estruturais. “Como estamos enfrentando uma escassez de recursos, especialmente para obras, não foi possível reformá-lo. Uma parte do prédio, no térreo, é liberada para uso”, explicava o tuíte. “Como toda estrutura sem uso em qualquer cidade do Brasil, o prédio sofreu invasões e foi vandalizado ao longo dos anos, tendo suas paredes pichadas, janelas quebradas e estruturas de metal furtadas”, continuava.

A página República de Curitiba diz que R\$ 1,7 bilhão são pagos por ano “para sustentar esta corja”. O valor se aproxima, mas não corresponde ao último orçamento da UFSC. Em 2019, é de R\$ 1,5 bilhão e o bloqueio foi de R\$ 60,1 milhões. O orçamento deste ano está dividido em: R\$ 1,3 bilhão para pessoal e encargos sociais, mais R\$ 227 milhões para outras despesas correntes e R\$ 25 milhões para investimentos.

O orçamento executado em 2018 foi de R\$ 1,67 bilhão e em 2017 foi de R\$ 1,58 bilhão. Os números referentes a todos os anos desde 2008 estão no site da própria universidade.

A administração da instituição confirma na postagem que o lixo visto na imagem era resultado do mutirão de limpeza feito pelos estudantes. Os alunos que estão em greve ocuparam o prédio “para concentrar as atividades da greve estudantil”.

O centro de convivência passou por reformas pontuais. Como mostram textos publicados no site da UFSC, em 2012, foram investidos R\$ 90 mil na revitalização do prédio para que a 11ª Semana de Pesquisa e Extensão pudesse ser realizada no espaço.

Naquele momento, a maior parte do centro já havia sido desativada para uma reforma no telhado, iniciada em abril de 2010 e concluída em fevereiro de 2011, com 1 custo de R\$ 374,6 mil.

A ex-reitora Roselane Neckel negou, em 2014, que o prédio estivesse abandonado, mas reconheceu que faltavam projetos complementares para a reforma do prédio. Há 5 anos, ela previa lançar uma licitação para a obra, o que nunca foi feito.

A mesma entrevista mostra que os problemas do lixo e das pichações são antigos. Segundo ela, em junho de 2012, quando assumiu a gestão da universidade, foram retiradas 12 caçambas de lixo. “Sobre a pichação, é uma coisa complicada. Há 1 grupo de estudantes em trabalho de oficinas, que fazem grafiteagem. Pediram para usar o espaço que estava aberto. Não foi invadido. Está ocupado por estas oficinas”, disse.

Em 2016, a universidade fez uma investigação sobre “manifestações nazistas de cunho racista em pichações” encontradas em uma das salas do centro de convivência. Pichações são anteriores à greve e o lixo é proveniente de 1 mutirão de limpeza

Pelo Google Maps, é possível ver o prédio por fora. Na foto tirada em janeiro de 2019, o prédio realmente está pichado e com papéis colados nas paredes. Parece abandonado.

No registro mais antigo do local, datado em julho de 2017, as pichações já haviam sido feitas e os vidros já estavam quebrados.

No entanto, por meio do aplicativo, não é possível ver os sacos de lixo e a sujeira acumulada em nenhuma das fotos. Pela posição da banca de jornais, é provável que a foto compartilhada por Luciano Hang tenha sido tirada do outro lado do prédio.

No mapa da universidade, o centro de convivência é o que aparece com o número 10, onde ficam os Correios e o DCE.

O Comprova também pesquisou no Instagram as fotos que haviam sido publicadas no centro de convivência. Uma foto de 2015 já mostrava a mesma pichação em uma das paredes do prédio retratada em uma das imagens da publicação da página República de Curitiba.

Numa busca de imagem reversa no Google, enquanto procurávamos imagens semelhantes àquelas do tuíte de Hang, encontramos 1 artigo do jornal local ND Florianópolis de 2014, que já mostrava pichações no prédio do Centro de Convivência da universidade. A equipe do Comprova entrou em contato com a redação do site em busca de mais informações e eles nos passaram contatos de alunos do DCE.

O aluno de História e membro do DCE Marco Antonio Marcon Pinheiro Machado confirma que as pichações nas paredes são mesmo antigas e podem ter sido feitas por qualquer 1, já que o campus é aberto ao público. Marco ainda reitera que os estudantes realizaram o mutirão de limpeza iniciado no dia 11 de setembro e que o lixo mostrado nas fotos estava sendo removido do local no dia 19 de setembro.

A equipe do Comprova entrou em contato com Luiza Morfim, estudante de Jornalismo da UFSC, que também confirma que o mutirão de limpeza ocorreu durante a greve na

universidade e que o prédio está abandonado e com pichações há pelo menos 5 anos. Luiza passou o contato de Gabriel Vieira, aluno de Jornalismo, que fez 1 vídeo da limpeza na manhã do dia 20 de setembro e, no fim da tarde do mesmo dia, 1 colega dele fez uma imagem mostrando que todo o lixo havia sido removido pelos funcionários da limpeza.

Qual o desempenho da UFSC

Na sua publicação no Twitter, Luciano Hang afirma que “enquanto a maioria dos brasileiros paga seus estudos com dificuldade, quem tem a oportunidade de estudar em uma federal faz esta baderna”. Diferentemente do que o tuíte sugere, a UFSC é bem avaliada em diferentes rankings.

No ranking mundial da revista britânica Times Higher Education, divulgado em setembro de 2019, a universidade é a 5ª brasileira mais bem colocada.

Além disso, a UFSC tem nota máxima (5) no Índice Geral de Cursos (IGC), medido pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), órgão ligado ao MEC (Ministério da Educação).

Neste link, é possível acessar o Conceito Enade (baseado no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) dos cursos da universidade, cujas notas também vão até 5.

A instituição é a 6ª colocada no Ranking Universitário da Folha, com nota final 92.3 (de 100). Nessa classificação, é a 7ª em ensino e internacionalização, 8ª em pesquisa, 13ª em inovação e 26ª em mercado.

Contexto

As imagens do centro de convivência da UFSC viralizaram após o início de uma greve organizada por estudantes que protestam contra bloqueios no orçamento da universidade determinados pelo MEC. Eles estão parados desde o dia 10 e devem ficar assim por tempo indeterminado, segundo postagem do DCE no Facebook.

A UFSC está entre as universidades mais afetadas pelo contingenciamento de recursos das instituições federais de ensino superior anunciado, em abril, pelo MEC. Os bloqueios, que atingem as chamadas despesas não obrigatórias, dependem da arrecadação do governo, que afirma não ter recursos para bancar os gastos previstos no orçamento de 2019. A medida é temporária, segundo o Planalto, mas já afeta as atividades universitárias.

Até setembro, houve corte de R\$ 60,1 milhões (35%) dos recursos antes previstos para despesas não obrigatórias da UFSC. A medida atinge o custeio de água, energia, infraestrutura, contratação de serviços terceirizados, pesquisa e atividades de extensão, entre outros. Para o secretário de Planejamento e Orçamento da instituição, Vladimir Arthur Fey, se os valores não forem desbloqueados, a UFSC não funcionará até o fim do ano.

Além de reivindicar o fim dos bloqueios, a greve estudantil na UFSC protesta contra o Future-se, projeto apresentado em julho pelo governo federal para incentivar as universidades a captar recursos privados, diante da crise no orçamento das instituições.

Repercussão nas redes

O Comprova verifica conteúdos duvidosos sobre políticas públicas do governo federal que tenham grande potencial de viralização.

As imagens do centro de convivência da UFSC foram publicadas por Luciano Hang, no Twitter, no dia 16 de setembro e, até o dia 23, acumulavam 1,3 mil retuïtes e mais de 5,8 mil curtidas. A página República de Curitiba, no Facebook, publicou as fotografias da universidade no dia 18 de setembro. Até o dia 23, elas tinham 1,1 mil compartilhamentos.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Weintraub é alvo da Comissão de Ética por crítica a Dilma e Lula

Comissão abriu um procedimento para apurar se houve desvio de conduta do ministro da Educação em publicações contra os ex-presidentes

A Comissão de Ética Pública, vinculada à Presidência da República, abriu nesta terça-feira, 24, um procedimento para apurar se houve desvio de conduta do ministro da Educação, Abraham Weintraub, por ter feito publicações contra os ex-presidentes Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva.

O autor do voto, conselheiro Erick Bill, também era funcionário da Secretaria-Geral da Presidência, mas deixou o cargo ontem após mais de três anos no governo. Apesar disso, ele continuará na comissão, pois possui mandato no colegiado até 2021.

A comissão é responsável por analisar a conduta de ministros e é formada por sete conselheiros indicados pelo presidente. Cada um tem mandato de três anos. As punições previstas pela Comissão de Ética têm caráter administrativo, como advertência e censura ética. Dependendo da gravidade, é possível sugerir a demissão do cargo. As recomendações, porém, não precisam ser acatadas pelo governo.

O voto de Bill, aprovado pelos demais conselheiros, atende a uma representação feita pelos deputados Gleisi Hoffmann (PT-PR), presidente do partido, e Paulo Pimenta (PT-RS).

Eles questionam o fato de Weintraub ter criticado os ex-presidentes petistas após o episódio do militar flagrado com 39 quilos de cocaína em avião da Força Aérea Brasileira (FAB) – que fazia parte da comitiva de apoio ao presidente Jair Bolsonaro em junho. O ministro também relacionou Lula e Dilma às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

“Tranquilizo os ‘guerreiros’ do PT e de seus acepipes (sic): o responsável pelos 39 kg de cocaína NADA tem a ver com o Governo Bolsonaro. Ele irá para a cadeia e ninguém de nosso lado defenderá o criminoso. Vocês continuam com a exclusividade de serem amigos de traficantes como as FARC”, dizia uma das publicações de Weintraub. “No passado o avião presidencial já transportou drogas em maior quantidade. Alguém sabe o peso do Lula ou da Dilma?”, escreveu ele em outra postagem à época.

O Estadão/Broadcast teve acesso ao voto do conselheiro Erick Bill, no qual ele informa que pediu esclarecimentos ao ministro da Educação sobre o episódio no dia 22 de agosto. Como resposta, afirma que Weintraub não só atestou a veracidade das mensagens contra os ex-presidentes, mas também “reforçou a conduta praticada”.

“Vale ressaltar que caberia a um deles pelo menos uma série de qualificações ainda mais contundentes, tais como bandido, criminoso, presidiário e marginal, dentre outros, e à outra, críticas ainda mais mordazes do que ser chamada meramente de ‘uma droga’, por meio indireto”, escreveu o ministro da Educação como resposta ao conselheiro da Comissão de Ética.

No voto, o conselheiro destaca trecho do Código de Ética que exige que “o administrador observe o decoro inerente ao cargo”. “Não basta ser ético; é necessário também parecer ético, em sinal de respeito à sociedade”, afirma o documento.

“Em face de todo o exposto, tendo em vista que os fatos narrados na denúncia restaram incontroversos a partir da análise da manifestação preliminar apresentada pela própria autoridade denunciada, e considerando os padrões deontológicos atinentes à ética pública acima consignados, voto no sentido de reconhecer a existência de indícios suficientes para instaurar, em face do sr. Abraham Weintraub, Ministro de Estado da Educação, processo de apuração de prática de ato contrário aos padrões da ética pública”, diz o voto.

Outros casos

Segundo um integrante da Comissão de Ética, há intenção de abrir outros dois procedimentos contra Abraham Weintraub, um por chamar o presidente da França, Emmanuel Macron, de calhorda oportunista e sem caráter; e outro por ter falado, também nas redes sociais, que “petista só enriquece roubando”.

Após o início do processo de apuração sobre ato que possa desrespeitar o Código de Ética, a autoridade pública tem prazo de cinco dias para se manifestar. A comissão poderá promover as diligências que considerar necessárias e solicitar parecer de especialista quando julgar imprescindível. Concluídas as diligências, a autoridade terá mais três dias para se manifestar novamente.

topo 

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Ministro diz que Enem terá como foco conhecimentos objetivos

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deste ano terá como foco conhecimentos objetivos. Segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a preocupação do Ministério da Educação (MEC) será selecionar os melhores alunos para ocupar as vagas no ensino superior.

“Não vai cair ideologia, a gente quer saber de conhecimento científico, técnico, de capacidade de leitura, de fazer contas, de conhecimentos objetivos”, afirmou o ministro que participou ontem (24) do programa Brasil em Pauta, da TV Brasil, da EBC.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, faz balanço sobre o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja).

Ele acrescentou que o interesse do MEC é “simplesmente selecionar as melhores pessoas para ocupar as vagas nas faculdades. A nossa preocupação é mérito, só”.

Após polêmica envolvendo questões do Enem no ano passado, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da

Educação, criou, no início deste ano, um grupo responsável por “identificar abordagens controversas com teor ofensivo a segmentos e grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais” e, com base nessa análise, recomendar que tais itens não fossem usados na montagem do Enem 2019.

O ministro ressaltou, na entrevista, que a aplicação do exame este ano está garantida. Carteira estudantil será digitalizada

Ele falou ainda sobre a digitalização do MEC, que lançou, este ano, a carteirinha de estudante digital. A ID Estudantil começará a ser emitida em dezembro.

A digitalização também chegará ao Enem, que, ano que vem, terá aplicação por computador realizada de forma piloto.

O Enem 2019 será realizado nos dias 3 e 10 de novembro, em 1.727 municípios brasileiros. Mais de 5 milhões de pessoas farão o exame em 14 mil locais de aplicação de provas.

Quem já concluiu o ensino médio ou vai concluir este ano pode usar as notas do Enem para se inscrever no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que oferece vagas em instituições públicas de ensino superior. Os estudantes podem ainda concorrer a bolsas de estudo pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e podendo ser beneficiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

[topo](#)

TERRA - TEMPO REAL

Ensino integral melhora resultados de escolas pobres no Brasil

Das 100 unidades com indicadores de qualidade satisfatórios no ensino médio, 82 funcionam em tempo estendido, segundo estudo

GOIÂNIA - Assim que toca o sinal indicando o fim das aulas, um grupo de alunos sai correndo das salas. Eles não estão com pressa de ir embora, como seria de se esperar após nove horas e meia de atividade escolar, mas para ir ao pátio, onde vão ensaiar para a fanfarra ou treinar handebol.

Em um colégio onde 30% dos alunos repetiam ou abandonavam os estudos, houve um receio inicial em aumentar o tempo de classe, com o período integral. A solução surpreendeu, fez aumentar o interesse dos jovens pelos estudos e melhorou os indicadores educacionais da unidade.

A história da Escola Estadual Professor Pedro Gomes, em Goiânia, tem semelhanças com vários outros colégios de regiões pobres que conseguiram bons resultados por meio do ensino integral. Isso é o que mostra o Excelência com Equidade no Ensino Médio, estudo antecipado ao Estado e desenvolvido pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), instituto que fez o estudo em parceria com Instituto Unibanco, Fundação Lemann e Itaú BBA.

Diversos fatores interferem nos resultados de aprendizado, mas o nível socioeconômico dos alunos é considerado o de maior influência. Das 5.042 escolas do País que atendem estudantes com renda familiar de até 1,5 salário mínimo, apenas 100 obtiveram índices educacionais - em avaliações oficiais do Ministério da Educação - considerados satisfatórios, sendo que 82 delas atendem em período integral.

A principal política defendida pelo governo Jair Bolsonaro para a educação básica, as escolas cívico-militares (de gestão compartilhada entre civis e militares) não estão entre as 100 que alcançaram os indicadores mínimos de qualidade analisados pelo estudo. Nessa seleção apareceram três militares, todas no Maranhão. Segundo os pesquisadores, não há evidências que comprovem ou refute o impacto positivo desse modelo no aprendizado de alunos com alta vulnerabilidade social.alteração das militares.

"Esse resultado não demonstra que o ensino em tempo integral é o único caminho para uma educação de qualidade, mas mostra que praticamente só essas escolas estão conseguindo avançar. Tem sido difícil melhorar sem ser por essa modalidade", diz Ernesto Faria, diretor do Iede.

A escola Pedro Gomes é uma das mais tradicionais de Goiânia, no maior bairro comercial da cidade, e tinha como principal problema a evasão. Muitos alunos abandonavam os estudos para ir trabalhar nas lojas e lanchonetes da região. "Eles não viam sentido em continuar estudando e sentiam que ajudariam mais as suas famílias se comessem a trabalhar. Não os convencíamos de que a escola era importante", conta o diretor José Joaquim Neto.

Em 2013, a escola foi uma das selecionadas pelo governo de Goiás para um projeto-piloto de tempo integral e houve muita resistência ao plano, que quase dobrou o tempo de aula, de 5 horas para 9 horas e meia diárias. No primeiro ano de implementação, o colégio perdeu 60 dos 298 alunos. Aos poucos, o interesse dos estudantes e a melhora no aprendizado fez com que a unidade voltasse a atrair as famílias - em 2018, a escola já estava com o dobro do tamanho, com 601 matriculados e só 0,5% de abandono.

Como seus primos e amigos mais velhos, Geovanni Alves, de 18 anos, queria estudar pela manhã e trabalhar à tarde, por isso, não gostou de ter sido matriculado na escola Pedro Gomes no 1º ano do médio. "Achava que já estava na idade de ter meu dinheiro, ajudar em casa. Já no primeiro dia de aula, os professores me mostraram que eu podia mais, que posso sonhar e ter a profissão que quiser se eu terminar os estudos", conta o jovem, que vai prestar vestibular neste ano para o curso de Design de Interiores. Adolescentes recebem acompanhamento em sala de aula

Especialistas e os diretores das escolas em tempo integral ressaltam que não é só a ampliação da carga horária a responsável pela melhora, mas o aproveitamento do tempo maior para trabalhar conteúdos de interesse do aluno e com diferentes metodologias. Nessas unidades, o adolescente pode escolher disciplinas eletivas, recebe tutoria de um professor (com quem pode falar sobre o desempenho escolar, problemas familiares, dificuldades de relacionamento com os colegas), propõe projetos e opina sobre o funcionamento escolar.

O relacionamento com uma professora-tutora e um trabalho de iniciação científica sobre doenças mentais fizeram Jéssica Ferreira, de 19 anos, optar por Psicologia na faculdade. "Passei por alguns problemas, não tinha com quem conversar em casa e a escola me ajudou muito. Tanto pela minha relação com a tutora, como por esse projeto que me ajudou a entender um novo mundo", conta a jovem, que está no 3º ano do ensino médio da Escola Estadual Juvenal José Pedroso, em Goiânia, e uma das 100 a conseguirem os resultados. "Estou muito focada em passar no vestibular porque quero ser a primeira da

minha família a ir para a universidade e ter um futuro diferente",

O principal entrave para a expansão das escolas de tempo integral é o custo. Por isso, Faria destaca que, até o País atingir uma rede mais extensa (o Plano Nacional de Educação prevê alcançar 25% das matrículas nessa modalidade até 2024 - em 2018, eram só 10,3% no ensino médio), é possível replicar algumas práticas no período regular. Por exemplo: o uso de dados e monitoramento contínuo do aprendizado. Nas escolas de Goiânia, os alunos fazem provas toda segunda-feira e os resultados são analisados pelos professores para identificar quais as dificuldades de cada turma e se a metodologia de ensino está correta.

Outra prática é o incentivo à participação dos pais na vida escolar dos filhos. A escola Juvenal Pedroso estabeleceu como meta ter ao menos a presença de 60% dos responsáveis nas reuniões de pais bimestrais. Também tem como prática ligar ou ir à casa dos alunos que faltaram duas vezes na semana. "A escola e os professores podem mudar a vida desses meninos, mas, se a família participar, é muito mais fácil. Percebemos que nosso papel também é conscientizar os pais sobre a importância da participação deles", conta a diretora, Divina Rocha.

"Essas práticas podem ter efeito positivo nas escolas regulares, mas, como sempre na educação, não há uma única medida efetiva. Sempre é um conjunto de ações. O período integral mostra que consegue abarcar o maior número de práticas efetivas", destaca Faria.

MEC não fez repasse para ensino integral e quer usar faculdade privada ampliar jornada

Apesar das vantagens da jornada ampliada, o Ministério da Educação (MEC) este ano não fez repasses para o apoio ao período integral nos ensino fundamental e médio. O Estado mostrou em agosto que a pasta quer montar um novo programa para a modalidade, com a oferta de disciplinas e atividades no contra-turno em faculdades particulares.

Em nota, o MEC diz que "as escolas de tempo integral continuam a ser sua prioridade" e que até o fim do ano irá repassar recursos de adiantamento previstos para 2020, apesar de informar que o valor ainda não foi definido nem estimado. Questionado sobre o novo formato do programa de fomento às escolas de tempo integral, o ministério informa detalhes e diz apenas que a "política será mantida para os próximos anos com poucas alterações".

Ideia foi buscar colégios que reverteram desempenho ruim

Segundo Faria, a metodologia para encontrar as escolas com melhores práticas em contextos de alta vulnerabilidade precisou levar em consideração outros indicadores que não fossem só aqueles que avaliam o nível de aprendizado. "Nossa educação básica não entrega excelência, mesmo as escolas que estão muito acima da média nacional ainda têm desempenho muito longe de ser considerado ideal."

Nenhuma das cem escolas, por exemplo, consegue garantir que 70% dos alunos tenham aprendizado adequado nas duas disciplinas avaliadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), Matemática e Língua Portuguesa. Por isso, além dos resultados nessa prova nacional, o estudo também colocou como critérios que as unidades selecionadas deveriam ter no mínimo 95% de taxa de aprovação e resultado

igual ou superior da média nacional nas provas e redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

A adoção de mais de um critério foi necessária para encontrar as escolas que conseguiram reverter a tendência de resultados ruins em suas regiões, apesar de ainda enfrentarem desafios. A escola Pedro Gomes, por exemplo, obteve nota 5,54 no Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), muito acima da média goiana, de 4,3, e da nacional, de 3,8. Ainda assim, só 63% dos estudantes tinham um aprendizado considerado adequado para Língua Portuguesa ao final do 3º ano do médio e só 12%, em Matemática.

Situação parecida é a da escola Juvenal Pedroso, que teve nota de 5,59 no Ideb, mas tem só 64% e 17% dos alunos com aprendizado adequado em Língua Portuguesa e Matemática, respectivamente. "Destacamos as ações dessas escolas porque elas estão em contextos extremamente difíceis e sem o suporte de uma política pública consistente. Tanto essa política não existe que não encontramos nenhuma rede inteira que pudéssemos destacar como sendo de excelência. Todos os casos são pontuais e isolados", diz Faria.

Entre os principais problemas citados pelos diretores, alunos e professores estão a falta de recursos financeiros, infraestrutura, ausência de formação continuada aos docentes, baixa remuneração e os problemas socioeconômicos das famílias. "Minha prioridade é sempre investir no que vai melhorar o aprendizado, mas as escolhas são difíceis. Se tenho dinheiro, é sempre optar por comprar mais material didático ou consertar uma janela, uma porta", diz Joaquim Neto.

Eles contam que o envolvimento dos professores com as turmas também os leva muitas vezes a usar o próprio salário para comprar material escolar ou até mesmo ajudar algum aluno a permanecer na escola. "Às vezes, sabemos que uma família está com tanta dificuldade que está passando fome, vemos que o menino come o máximo que der da merenda de sexta-feira porque só vai voltar a comer na segunda de manhã. Como esperar que esse aluno não pense em deixar a escola e procurar emprego? Por isso, montamos cestas básicas para entregar às famílias", conta Divina.

O esforço não passa despercebido pelos alunos. "Os professores daqui nos ouvem. Mais do que isso, se importam com a gente. Eles são como uma segunda família e sei que, se eu estudar, terão orgulho de mim", diz Jéssica.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

É enganoso post que associa foto de lixo a baderna de estudantes na UFSC

É enganosa publicação nas redes sociais que associa fotografias de pichações e entulhos de lixo em frente a um prédio da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) a baderna na universidade pública. O lixo foi acumulado em frente ao prédio após um mutirão de limpeza feito por estudantes em greve na universidade. Alguns dias depois, o lixo foi retirado do local.

As pichações também são verdadeiras, porém o Comprova não conseguiu identificar quando foram feitas. O registro mais antigo das pichações no prédio é de novembro de 2012, segundo um artigo no site oficial da Universidade. Além disso, um artigo de agosto de 2014 do site ND Total traz uma imagem do centro de convivência pichado.

Conforme mostra reportagem do telejornal produzido por alunos de Jornalismo da UFSC, a limpeza foi realizada no dia 11 de setembro por estudantes que ocuparam o prédio e decidiram concentrar ali atividades da greve estudantil, iniciada no dia 10. A mobilização é contra os cortes orçamentários do governo federal nas universidades públicas.

A informação de que os entulhos foram resultado do mutirão de limpeza feito após o início da greve foi repassada por três estudantes entrevistados pelo Comprova e confirmada pela UFSC no Twitter. O lixo foi retirado da entrada do prédio no dia 20, segundo estudantes ouvidos pelo Comprova, o que pode ser atestado em imagens enviadas por eles (veja a seguir).

A pedido do Comprova, o estudante de Jornalismo da UFSC Gabriel Vieira foi ao prédio onde estavam os entulhos e fez um vídeo, às 7h53 do dia 20, do lado de fora do edifício, que mostra o lixo sendo removido por uma empresa de limpeza não identificada. Ele também fez uma fotografia do lugar no mesmo dia, mas no final da tarde, apontando que o prédio estava limpo de novo. A informação da data, associada ao local, está nos metadados dos arquivos checados pelo Comprova.

A fotografia dos entulhos viralizou ao lado de outras imagens que mostram pichações nas paredes do centro de convivência, prédio da UFSC que abriga o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e uma agência dos Correios, mas antes acomodava também uma livraria e outras áreas de lazer. Ao menos desde 2010, o centro está abandonado, segundo a UFSC, por falta de recursos para infraestrutura. O Comprova não encontrou o autor das imagens das pichações, mas fotos no Google Maps e no Instagram e outras imagens feitas no local para o Comprova confirmam que o prédio está depredado pelo menos há quatro anos.

O Comprova verificou o conteúdo de um tuíte publicado pelo empresário Luciano Hang no Twitter e de um post da página República de Curitiba no Facebook.

Procurada, a assessoria de imprensa do empresário afirmou por e-mail que as fotos foram recebidas de "um aluno que não quer se identificar para não sofrer represália".

Enganoso para o Comprova é o conteúdo que confunde ou que seja divulgado para confundir, com ou sem a intenção deliberada de causar dano.

Como verificamos

Para esta verificação, o Comprova entrou em contato com o estudante de História Marco Antonio Marcon Pinheiro Machado, representante do DCE da universidade, e os alunos de jornalismo Luiza Morfim e Gabriel Vieira, além das assessorias de imprensa da UFSC e de Luciano Hang. Também usamos a busca reversa de imagens do Google, que permite encontrar imagens semelhantes que já tenham sido publicadas na internet, e pesquisamos fotos do centro de convivência no Google Street View e na ferramenta de localização do Instagram, fazendo uma busca com os termos "centro de convivência UFSC" na rede social.

Você pode refazer o caminho da verificação do Comprova usando os links para consultar as fontes originais ou visualizar a documentação que reunimos.

O que há no centro de convivência

Construído em 1970, o centro de convivência é um dos prédios mais antigos da universidade, que foi fundada em 1960. De acordo com a UFSC, os espaços foram desativados aos poucos desde o início dos anos 2000: o restaurante, por exemplo, fechou em 2006 e a galeria de arte deixou de abrigar exposições em 2015. Hoje, apenas o DCE e os Correios funcionam no prédio.

Uma publicação na conta oficial da instituição no Twitter foi feita no dia 19 de setembro, após a viralização das fotos da pichação. O texto informa que o acesso ao prédio foi bloqueado devido à necessidade de obras estruturais. "Como estamos enfrentando uma escassez de recursos, especialmente para obras, não foi possível reformá-lo. Uma parte do prédio, no térreo, é liberada para uso", explicava o tuíte. "Como toda estrutura sem uso em qualquer cidade do Brasil, o prédio sofreu invasões e foi vandalizado ao longo dos anos, tendo suas paredes pichadas, janelas quebradas e estruturas de metal furtadas".

A página República de Curitiba diz que R\$ 1,7 bilhão são pagos por ano "para sustentar esta corja". O valor se aproxima, mas não corresponde ao último orçamento da UFSC. Em 2019, é de R\$ 1,5 bilhão e o bloqueio foi de R\$ 60 milhões. O orçamento deste ano está dividido em: R\$ 1,3 bilhão para pessoal e encargos sociais, mais R\$ 227 milhões para outras despesas correntes e R\$ 25 milhões para investimentos.

O orçamento executado em 2018 foi de R\$ 1,67 bilhão e em 2017 foi de R\$ 1,58 bilhão. Os números referentes a todos os anos desde 2008 estão no site da própria universidade.

A administração da universidade confirma na postagem que o lixo visto na imagem era resultado do mutirão de limpeza feito pelos estudantes. Os alunos que estão em greve ocuparam o prédio "para concentrar as atividades da greve estudantil".

O centro de convivência passou por reformas pontuais. Como mostram textos publicados no site da UFSC, em 2012, foram investidos R\$ 90 mil em uma revitalização do prédio para que a 11ª Semana de Pesquisa e Extensão (Sepex) pudesse ser realizada no espaço. Naquele momento, a maior parte do centro já havia sido desativada para uma reforma no telhado, iniciada em abril de 2010 e concluída em fevereiro de 2011, com um custo de R\$ 374,6 mil.

A ex-reitora Roselane Neckel negou, em 2014, que o prédio estivesse abandonado, mas reconheceu que faltavam projetos complementares para a reforma do prédio. Há cinco anos, ela previa lançar uma licitação para a obra, o que nunca foi feito.

A mesma entrevista mostra que os problemas do lixo e das pichações são antigos. Segundo ela, em junho de 2012, quando assumiu a gestão da universidade, foram retiradas 12 caçambas de lixo. "Sobre a pichação é uma coisa complicada. Há um grupo de estudantes em trabalho de oficinas, que fazem grafiteagem. Pediram para usar o espaço que estava aberto. Não foi invadido. Está ocupado por estas oficinas", disse.

Em 2016, a universidade fez uma investigação sobre "manifestações nazistas de cunho racista em pichações" encontradas em uma das salas do centro de convivência. Lixo é proveniente de mutirão de limpeza

Pelo Google Maps, é possível ver o prédio por fora. Na foto tirada em janeiro de 2019, o prédio realmente está pichado e com papéis colados nas paredes. Parece abandonado.

No registro mais antigo do local, datado em julho de 2017, as pichações já haviam sido feitas e os vidros já estavam quebrados.

No entanto, por meio do aplicativo, não é possível ver os sacos de lixo e a sujeira acumulada em nenhuma das fotos. Pela posição da banca de jornais, é provável que a foto compartilhada por Luciano Hang tenha sido tirada do outro lado do prédio.

No mapa da universidade, o centro de convivência é o que aparece com o número 10, onde ficam os Correios e o DCE.

O Comprova também pesquisou no Instagram as fotos que haviam sido publicadas no centro de convivência. Uma foto de 2015 já mostrava a mesma pichação em uma das paredes do prédio retratada em uma das imagens da publicação da página República de Curitiba.

Numa busca de imagem reversa no Google, enquanto procurávamos imagens semelhantes àquelas do tuíte de Hang, encontramos um artigo do jornal local ND Florianópolis de 2014, que já mostrava pichações no prédio do Centro de Convivência da universidade. A equipe do Comprova entrou em contato com a redação do site em busca de mais informações e eles nos passaram contatos de alunos do DCE.

O aluno de História e membro do DCE Marco Antonio Marcon Pinheiro Machado confirma que as pichações nas paredes são mesmo antigas e podem ter sido feitas por qualquer um, já que o campus é aberto ao público. Marco ainda reitera que os estudantes realizaram o mutirão de limpeza iniciado no dia 11 de setembro e que o lixo mostrado nas fotos estava sendo removido do local no dia 19 de setembro.

A equipe do Comprova entrou em contato com Luiza Morfim, estudante de Jornalismo da UFSC, que também confirma que o mutirão de limpeza ocorreu durante a greve na universidade e que o prédio está abandonado e com pichações há pelo menos cinco anos. Luiza passou o contato de Gabriel Vieira, aluno de Jornalismo, que fez um vídeo da limpeza na manhã do dia 20 de setembro e, no fim da tarde do mesmo dia, um colega dele fez uma imagem mostrando que todo o lixo havia sido removido pelos funcionários da limpeza.

O desempenho da UFSC

Na sua publicação no Twitter, Luciano Hang afirma que "enquanto a maioria dos brasileiros paga seus estudos com dificuldade, quem tem a oportunidade de estudar em uma federal faz esta baderna". Diferentemente do que o tuíte sugere, a UFSC é bem avaliada em diferentes rankings.

No ranking mundial da revista britânica Times Higher Education, divulgado em setembro de 2019, a universidade é a quinta brasileira mais bem colocada.

Além disso, a UFSC tem nota máxima (5) no Índice Geral de Cursos (IGC), medido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep),

órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC).

Neste link, é possível acessar o Conceito Enade (baseado no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) dos cursos da universidade, cujas notas também vão até 5.

A instituição é a sexta colocada no Ranking Universitário da Folha, com nota final 92.3 (de 100). Nessa classificação, é a 7ª em ensino e internacionalização, 8ª em pesquisa, 13ª em inovação e 26ª em mercado.

Contexto

As imagens do centro de convivência da UFSC viralizaram após o início de uma greve organizada por estudantes que protestam contra bloqueios no orçamento da universidade determinados pelo MEC. Eles estão parados desde o dia 10 e devem ficar assim por tempo indeterminado, segundo postagem do DCE no Facebook.

A UFSC está entre as universidades mais afetadas pelo contingenciamento de recursos das instituições federais de ensino superior anunciado em abril pelo MEC. Os bloqueios, que atingem as chamadas despesas não obrigatórias, dependem da arrecadação do governo, que afirma não ter recursos para bancar os gastos previstos no orçamento de 2019. A medida é temporária, segundo o Planalto, mas já afeta as atividades universitárias.

Até setembro, houve corte de R\$ 60,1 milhões (35%) dos recursos antes previstos para despesas não obrigatórias da UFSC. A medida atinge o custeio de água, energia, infraestrutura, contratação de serviços terceirizados, pesquisa e atividades de extensão, entre outros. Para o secretário de Planejamento e Orçamento da instituição, Vladimir Arthur Fey, se os valores não forem desbloqueados a UFSC não funcionará até o fim do ano.

Além de reivindicar o fim dos bloqueios, a greve estudantil na UFSC protesta contra o Future-se, projeto apresentado em julho pelo governo federal para incentivar as universidades a captar recursos privados, diante da crise no orçamento das instituições. Repercussão nas redes

O Comprova verifica conteúdos duvidosos sobre políticas públicas do governo federal que tenham grande potencial de viralização.

As imagens do centro de convivência da UFSC foram publicadas por Luciano Hang no Twitter no dia 16 de setembro e, até o dia 23, acumulavam 1,3 mil retuítés e mais de 5,8 mil curtidas. A página República de Curitiba, no Facebook, publicou as fotografias da universidade no dia 18 de setembro. Até o dia 23, eles tinham 1,1 mil compartilhamentos.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Ministro diz que Enem terá como foco conhecimentos objetivos

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deste ano terá como foco conhecimentos objetivos. Segundo o ministro da Educação, Abraham Weintraub, a preocupação do Ministério da Educação (MEC) será selecionar os melhores alunos para ocupar as vagas no ensino superior.

"Não vai cair ideologia, a gente quer saber de conhecimento científico, técnico, de capacidade de leitura, de fazer contas, de conhecimentos objetivos", afirmou o ministro que participou ontem (24) do programa Brasil em Pauta, da TV Brasil, da EBC.

Ele acrescentou que o interesse do MEC é "simplesmente selecionar as melhores pessoas para ocupar as vagas nas faculdades. A nossa preocupação é mérito, só".

Após polêmica envolvendo questões do Enem no ano passado, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação, criou, no início deste ano, um grupo responsável por "identificar abordagens controversas com teor ofensivo a segmentos e grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais" e, com base nessa análise, recomendar que tais itens não fossem usados na montagem do Enem 2019.

O ministro ressaltou, na entrevista, que a aplicação do exame este ano está garantida. Carteira estudantil será digitalizada

Ele falou ainda sobre a digitalização do MEC, que lançou, este ano, a carteirinha de estudante digital. A ID Estudantil começará a ser emitida em dezembro.

A digitalização também chegará ao Enem, que, ano que vem, terá aplicação por computador realizada de forma piloto.

O Enem 2019 será realizado nos dias 3 e 10 de novembro, em 1.727 municípios brasileiros. Mais de 5 milhões de pessoas farão o exame em 14 mil locais de aplicação de provas.

Quem já concluiu o ensino médio ou vai concluir este ano pode usar as notas do Enem para se inscrever no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que oferece vagas em instituições públicas de ensino superior. Os estudantes podem ainda concorrer a bolsas de estudo pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e podendo ser beneficiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

MEC quer professores sem concurso e com CLT

Anúncio do ministro se relaciona ao corte de custos e à ideia de permanência do servidor atrelada ao desempenho

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, vai estimular as universidades federais do país a contratarem professores e técnicos pelo regime CLT (de carteira assinada), que será, inclusive, exigência do Ministério da Educação (MEC) para a adesão de universidades ao programa Future-se (que vai captar recursos junto à iniciativa privada). Atualmente, os docentes precisam realizar concurso público para ingresso acadêmico, e têm direito à estabilidade.

Boa parte dos novos investimentos no Ensino Superior federal, conforme o MEC, será por meio do Future-se. Neste programa, cuja adesão das instituições federais de Ensino Superior (Ifes) é facultativa, contratos de novos docentes e técnicos serão intermediados por Organizações Sociais, entidades privadas que prestam serviços públicos e não precisam seguir a Lei de Licitações e Concursos. Embora o ministro afirme que os funcionários seguiriam com estabilidade, o Supremo Tribunal Federal decidiu, em 2018,

que empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista regidos pela CLT não fazem jus à estabilidade prevista na Constituição.

No novo modelo das Ifes, ainda não detalhado ontem, a ideia é permanência do servidor atrelada ao desempenho. Abraham, um dos ministros mais próximos ao presidente Jair Bolsonaro, argumenta que é preciso cortar gastos na folha de pagamento. Segundo ele, "a forma de conseguir mais espaço no orçamento é achar, nas despesas obrigatórias, coisas não tão obrigatórias assim".

Sobre verbas destinadas para bolsas de estudo da **Capes** (órgão de fomento à pesquisa do MEC), o ministro entende que a demanda é infinita. "Todo mundo quer uma bolsinha. No Brasil, todo mundo acha que o dinheiro cai do céu. Na verdade, vem do pagador de imposto." E acrescenta que "as universidades são caras e têm muito desperdício com coisas que não têm nada a ver com produção científica e educação. Têm a ver com politicagem, ideologização e balbúrdia".

PARA 2020.

■ O ministro afirma que serão mantidas as verbas que estão sendo repassadas durante este ano, e que "irá trabalhar para conseguir mais recursos para viabilizar outras coisas, outras áreas, projetos novos".

■ Abraham repete que "dá para fazer muita coisa com pouco dinheiro". Ele argumenta que, antigamente, se falava em ter que mandar mais recursos para a educação; mas, hoje, não. O objetivo é melhorar indicadores de educação. "Mandou-se rios de dinheiro, bilhões e bilhões, e não melhoramos os índices. As nossas universidades não estão bem ranqueadas."

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Ciclo de Aulões Enem 100% segue até sexta com transmissão online

A Secretaria da Educação do Estado (SEC) iniciou mais um ciclo de Aulões Enem 100%. As revisões, preparatórias para as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), acontecem até sexta-feira (27), no auditório do órgão, no Centro Administrativo da Bahia.

Todas as aulas são transmitidas ao vivo pelo Portal da Educação e nas redes sociais da Educação Bahia, bem como pelo canal do Youtube da SEC. A atividade reúne 1.600 estudantes de Salvador durante a semana. As provas do Enem serão realizadas nos dias 3 e 10 de novembro.

O projeto Aulões Enem 100% tem o objetivo de ampliar as oportunidades de aprendizagens de competências cognitivas e socioemocionais dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio e da Educação Profissional e Tecnológica, com foco na melhoria do seu desempenho no exame.

As revisões abrangem todas as áreas do conhecimento. Nesta segunda (23), as revisões de História e Física foram assistidas pelos estudantes dos seguintes colégios estaduais: Abílio César Borges, localizado no bairro de Roma; Assis Chateaubriand, Edson Carneiro e Professor José Barreto de Araújo Bastos, os três em São Caetano; Paulo Américo de Oliveira e Alípio França, ambos no bairro do Bonfim; e Dois de Julho, na Fazenda Grande do Retiro, além do Colégio da Polícia Militar João Florêncio Gomes,

situado na Ribeira.

A estudante Talita Oliveira, 16, 2º ano, do Colégio Estadual Abílio César Borges, disse que já está na expectativa para fazer as provas. “Esta é a primeira vez que participo de um aulão e gostei muito, pois os assuntos são revisados de forma mais leve e descontraída. Vou fazer o Enem este ano para treinar e, a partir disso, entrar no ritmo intenso para a edição de 2020, quando terei concluído o 3º ano”, revelou.

Lucas Adriano Santos, 20, 3º ano, do Colégio Estadual Professor José Barreto de Araújo Bastos, também aprovou a metodologia dos aulões. “Achei muito interessante envolver música com as revisões, pois isso nos deixa mais animados e estimulados para aprender os assuntos que mais caem no Enem. Além disso, é sempre bom trocar experiências com estudantes de outras escolas”, afirmou.

O professor responsável pelo aulão de História, Paulo Serrão, revisou alguns dos assuntos que mais caem no Enem. “Como o nosso tempo é curto, procuramos trabalhar os temas que mais são cobrados, a exemplo de Brasil Colônia; as invasões holandesas; as revoltas que ocorreram no século 19; e o governo de Getúlio Vargas, que vem caindo em provas consecutiva; além do processo da ditadura militar brasileira e a redemocratização com o governo de Sarney. Minhas dicas principais para o Enem são: ter planejamento, ler bastante e acreditar nos seus sonhos”, pontuou o educador.

Mais sobre o projeto

Como ocorreu no primeiro e segundo ciclos, em julho e agosto – quando foram contemplados estudantes de Salvador e da Região Metropolitana, respectivamente –, os aulões acontecem nos turnos matutino (das 9h às 12h) e vespertino (das 14h às 17h). O quarto e último ciclo será de 7 a 11 de outubro e, durante as aulas, o conteúdo do ENEM será intercalado com abordagens relativas às provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), cujas provas serão realizadas entre 14 e 25 de outubro.

A ação do Aulões Enem 100% abrange, no total, 160 unidades escolares de Salvador e da Região Metropolitana de Salvador, contemplando 6.400 alunos no total.

[topo](#)

CORREIO POPULAR – SP - CIDADES

Gasto com os salários deve cair a 70% nas universidades

O Ministério da Educação (MEC) quer reduzir para 70% o gasto das universidades federais com a folha de pagamento nos próximos dez anos. Hoje, pagar a folha corresponde a 85% do total das despesas. A meta faz parte da estratégia para diminuir despesas com pessoal por meio de mudanças no modelo de contratação de docentes e servidores para o regime CLT. O sindicato dos docentes, Andes, diz que isso vai prejudicar as pesquisas e elevar a rotatividade de profissionais.

Quase metade da força de trabalho na administração federal está nas instituições de ensino. O orçamento para todas as 63 universidades federais em 2019 é de R\$ 49,621 bilhões - são R\$ 42,3 bilhões com salários.

Ao Estadão/Broadcast, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, antecipou que as universidades que aderirem ao Future-se, ação federal para captar verba privada, "vão ter de passar a contratar via CLT, e não mais via concurso público". O texto do novo programa, que ainda será enviado ao Congresso, tem sofrido resistência de parte das

universidades.

Secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima afirmou ontem que a redução de 15 pontos percentuais nos gastos com servidores e professores representaria a maior reforma do governo, depois da previdenciária. "A CLT é um método, mas não é o objetivo em si. O objetivo é ter uma limitação de despesas com pessoal", disse ele.

Lima disse que o Conselho Superior das universidades determinará quais serviços poderão ser prestados por funcionários contratados pela CLT. Destacou, ainda, que as contratações terão de ser feitas por meio das Organizações Sociais (OSs) e pelas fundações de apoio.

Segundo ele, a adesão ao modelo das OSs, tipo de associação privada sem fins lucrativos, pode ser feita pelas universidades em parte ou em sua totalidade. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

DIÁRIO DO PARÁ - PA - GERAL

Conselho da Universidade Federal do Pará rejeita proposta do Future-se

Em reunião realizada ontem, o Conselho Universitário (Consun) da Universidade Federal do Pará (UFPA) rejeitou, por unanimidade, a proposta do programa Future-se, criado pelo Ministério da Educação (MEC) para estimular a captação de recursos privados nas universidades públicas. O debate ocorreu no prédio da reitoria, no Campus Guamá, em Belém. A plenária foi aberta pelo presidente do Consun, o reitor Emmanuel Tourinho, que relembrou o processo de discussão do projeto na UFPA, iniciado com o debate promovido pela reitoria no Centro de Eventos Benedito Nunes e seguido por reuniões na academia.

O reitor conduziu os debates, concedendo aos conselheiros a oportunidade de apresentação das deliberações das unidades que representam. Os discursos contra o Future-se ecoaram de professores, alunos e técnicos, que consideram a proposta do governo federal um retrocesso para a educação superior, em particular na previsão de criação de Organizações Sociais para a gestão das universidades. Também foram criticadas as decisões do MEC em relação aos bloqueios de recursos financeiros das universidades públicas e de corte de bolsas de pesquisas.

PRIVATIZAÇÃO

Para o diretor do Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ), professor José Benatti, "o Future-se representa a privatização do bem comum, que é a educação".

O diretor do Instituto de Ciências Exatas e Naturais, Marcos Diniz, também reforçou que o projeto apresentado pelo governo é inconstitucional, cabendo, em uma eventual aprovação pelo Congresso Nacional, o recurso ao Supremo Tribunal Federal.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - 2º CADERNO

Faculdade privada tem que adaptar aulas para Libras

As faculdades privadas têm que adaptar as suas aulas para pessoas com deficiência, oferecendo ensino em Língua Brasileira de Sinais (Libras) e braille.

A decisão é do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), de acordo com a Advocacia-Geral da União (AGU), que confirmou a obrigatoriedade junto ao tribunal.

A ação foi ajuizada pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinepe/SC) na 3ª Vara Federal de Florianópolis.

A entidade pleiteava que as faculdades fossem dispensadas da exigência e que eventual adaptação das aulas fosse custeada pelos alunos. O pedido foi julgado improcedente pela primeira instância, mas o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de Santa Catarina recorreu ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que decidiu negar provimento à apelação.

A Procuradoria da União de Santa Catarina, unidade da Advocacia- Geral da União que trabalhou no caso com a Procuradoria Regional da União na 4ª Região, ressaltou, que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade das normas do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/15, que estabelecem a obrigatoriedade de as escolas privadas promoverem a inserção de pessoas com deficiência no ensino regular e prover as medidas de adaptação necessárias sem que o ônus financeiro seja repassado às mensalidades, anuidades e matrículas.

De acordo com a lei, é dever das instituições assegurar aos estudantes condições plenas de participação e de aprendizagem.

Segundo a Advocacia-Geral da União, as procuradorias também destacaram que, sendo a educação um direito social fundamental, os princípios que garantem a qualidade desse serviço público devem se sobrepôr aos interesses patrimoniais e econômicos das instituições de ensino superior.

Embora a decisão tenha sido tomada em um processo específico, a Advocacia-Geral da União esclarece que como STF reconheceu como constitucionais as normas do Estatuto da Pessoa com Deficiência, caso isso volte a ser questionado em instâncias inferiores, a tendência é que as decisões sejam tomadas no mesmo sentido. Ou seja, todas as faculdades privadas, por força da decisão do STF, devem seguir o Estatuto e não podem cobrar valores extras para adaptar as aulas para pessoas com deficiência. (ABR)

topo ↕

O DIA - RJ - BRASIL

Em ofício, MEC pede ensino com diversidade de teorias e versões

Brasília - O Ministério da Educação encaminhou, nesta segunda-feira (23), um ofício para as secretarias estaduais e municipais de Educação com orientações e diretrizes a serem adotadas no ensino público. Batizado de Escola de Todos, o documento sugere a adoção de medidas com o objetivo de garantir o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, respeito às diferenças, tolerância, combate ao bullying, [e] à automutilação e a não exposição a propagandas político-partidárias dentro das instituições de ensino. De acordo com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, que convocou uma coletiva de imprensa para anunciar o envio do ofício, a ideia é criar um ambiente de acolhimento nas escolas.

"O objetivo é dar um ambiente acolhedor para as crianças, diminuir o bullying, melhorar os indicadores educacionais, reduzir a automutilação e o suicídio, preservando o direito das pessoas se expressarem dentro do que é um ambiente civilizado, normal, sem excessos. Evidentemente tem alguns vídeos que mostram excessos e excessos têm que ser coibidos. É plural, tem que contar várias versões, não pode falar só de um lado",

disse.

Weintraub defendeu a necessidade de pacificar a sala de aula e criticou a existência de militância política nas escolas. "É buscar uma pacificação do ambiente escolar, paz, deixar a militância fora das escolas. Pode-se falar de política de uma forma plural, civilizada, não impositiva".

No documento, o MEC lista seis direitos dos alunos, entre eles o direito de que o ensino seja ministrado com base no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, resguardada a liberdade de expressão. Também enfatiza o direito de o aluno não "ser prejudicado em ambiente escolar, em razão de sua história, de seus saberes, de características que componham a sua identidade, de suas crenças e convicções" e não ser submetido "a uma promoção inadequada comunicação comercial, inclusive publicidade ou propaganda de qualquer natureza". O ofício ainda recomenda que a comunidade escolar deve respeitar "o direito do aluno de guardar suas crenças e convicções desde que não incitem à violência".

Não impositivo

Segundo o ministro, o ofício apenas destaca aspectos já previstos em lei e não é impositivo. Cada secretaria estadual e municipal de Educação deverá avaliar a possibilidade de implementar as sugestões. O MEC disponibilizou canais para que os entes federativos e também os próprios estudantes, professores e associações de pais e alunos possam tirar dúvidas sobre as medidas ou denunciar situações que estejam em desacordo com as diretrizes do Escola de Todos.

"Estamos tentando achar um caminho, democraticamente, com todo mundo, com as secretarias estaduais e municipais. Estamos passando vários canais de comunicação do MEC, para caso haja dúvidas, excessos, ineficiências, para que eles sejam encaminhados de forma institucional e a gente veja e analise se há ou não o descumprimento de alguma lei, para ser corrigido", disse Weintraub. Ele chamou a iniciativa de um "chamamento para lembrar a todos para que serve uma escola". O ministro não chegou a informar se o governo pretende propor algum tipo de projeto de lei para institucionalizar o Escola de Todos no futuro.

Além das secretarias estaduais e municipais de Educação, o ofício foi enviado para os presidentes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

topo ↕

O LIBERAL - PA - PANORAMA ECONÔMICO

MEC defende o fim dos excessos em sala de aula

O Ministério da Educação (MEC) disse ontem, ter encaminhado a secretarias municipais e estaduais de Educação e para entidades de classe um ofício determinando que escolas adotem o "pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e evitem o que a equipe classifica como "propaganda político- partidárias" no ambiente escolar. O ministro Abraham Weintraub afirmou que o comunicado tem como objetivo alcançar a cultura de paz na rede pública de ensino. Ele evitou, porém, relacionar o documento com o Escola sem Partido. "É um chamamento para ponderar, esvaziar as tensões", justificou. O documento não foi apresentado à imprensa. As diretrizes apresentadas pelo governo guardam semelhança com o que é postulado pelo Movimento Escola sem

Partido, embora o grupo reivindique a existência de uma lei com regras sobre o tema. No Congresso, já tramitam projetos que defendem esse modelo.

topo ↕

O LIBERAL - PA - CIDADES

UFPA rejeita entrada no Future-se

O Conselho Superior Universitário (Consun) da Universidade Federal do Pará (UFPA) rejeitou, integralmente, por unanimidade, a proposta de adesão da instituição ao programa Future-se, do Ministério da Educação (MEC). A decisão foi tomada ontem pela manhã, após mais de três horas de discussão, em uma reunião realizada no campus universitário do Guamá, em Belém. Durante a reunião, os conselheiros aprovaram uma nota pública defendendo o fortalecimento das universidades federais e de sua autonomia.

O documento critica os cortes orçamentários e a suspensão de bolsas de pesquisa e defende que as condições de financiamento das instituições federais de ensino sejam resgatadas, para que as universidades possam continuar contribuindo com o desenvolvimento nacional. Para o reitor da UFPA, Emmanuel Tourinho, o programa introduz uma lógica privatista na regulação das atividades acadêmicas, com a ideia de que a universidade deve submeter seu planejamento didático-científico a entes privados.

Ele também considera que há uma "explícita interferência à autonomia universitária, ferindo os preceitos constitucionais". Já o diretor-geral da Associação de Docentes da Universidade Federal do Pará (Adufpa), Gilberto Marques, afirmou que o Future-se é um programa que tem como objetivo central desobrigar o Estado brasileiro de prover a manutenção integral da universidade.

Ele ressaltou que o programa repassa grande parte dos recursos financeiros patrimoniais e a própria gestão da universidade para as Organizações Sociais (OS), associações privadas contratadas pelo Estado para prestar serviços públicos. "Isso fere profundamente a autonomia da universidade, então não nos resta outro caminho a não ser a rejeição desse programa, e a partir daí discutir com o governo federal as políticas de fortalecimento da universidade", destacou o diretor.

Com a UFPA, já são 25 universidades federais que rejeitaram o Future-se, entre elas a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

topo ↕

O LIBERAL - PA - CIDADES

Professor poderá ser contratado sem concurso

PROPOSTA - É o que defende o Ministério da Educação. A regra também valeria para o quadro técnico. As contratações seriam via CLT, com carteira assinada.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, vai estimular as universidades federais a contratarem professores e técnicos pelo regime CLT (de carteira assinada).

Hoje, eles passam por concurso público e têm direito à estabilidade.

A contratação via CLT será exigência para a entrada das universidades no Future-se, novo programa do MEC que vai captar recursos junto à iniciativa privada. Segundo a pasta, boa parte dos novos investimentos no ensino superior federal será pelo programa.

No Future-se, cuja adesão das universidades é facultativa, contratos de novos docentes e técnicos serão intermediados por Organizações Sociais (OSs), entidades privadas que prestam serviços públicos e não precisam seguir a Lei de Licitações e Concursos. Embora Weintraub afirme que os funcionários seguiriam com estabilidade, o Supremo Tribunal Federal decidiu, em 2018, que empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista regidos pela CLT não fazem jus à estabilidade prevista na Constituição. Ministro Abraham Weintraub, da Educação: funcionários manteriam a estabilidade no novo modelo Constituição.

Um dos ministros mais próximos ao presidente Jair Bolsonaro, Weintraub argumenta que é preciso cortar o gasto na folha de pagamento, que chama de "bomba-relógio". Estudos do Ministério da Educação mostram que 85% da verba nas federais é gasta com pessoal.

"O programa Future-se foi apresentado pelo MEC em junho como uma proposta de modernizar a gestão das 63 universidades federais do País e criar alternativa para a crise orçamentária das instituições.

São previstos R\$ 102,6 bilhões em incentivos para a captar recursos privados - como doações, parcerias com empresas, aluguel e venda de patrimônio público, "naming rights" e uso da Lei Rouanet", explicou.

AMEAÇA Parte da comunidade acadêmica vê no projeto ameaça à autonomia das instituições. Reitores temem ainda haver corte de repasses do governo nos próximos anos e negam desperdício de dinheiro, como acusa o ministro. Especialistas dizem que diversificar fontes de recursos é bom, mas ainda apontam lacunas na proposta.

Algumas instituições - como as federais do Rio e de Brasília - já se manifestaram contra o novo programa do MEC.

O texto do Future-se ainda será enviado pelo governo ao Congresso.

[topo](#)

O TEMPO - MG - GERAL

MEC mira combate à "doutrinação" nas escolas

BRASÍLIA. O Ministério da Educação (MEC) encaminhou às secretarias municipais e estaduais de Educação e às entidades de classe um ofício determinando que as escolas adotem o "pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas" e evitem "propaganda político-partidária". O projeto, chamado de "Escola de Todos", destaca que aos professores cabe "ensinar, não doutrinar".

As diretrizes apresentadas pelo governo guardam semelhança com o que é postulado pelo Escola sem Partido - embora o movimento reivindique a existência de uma lei com regras sobre o tema. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que o comunicado tem com objetivo alcançar a cultura de paz na rede pública de ensino. "É um chamamento para ponderar, esvaziar as tensões", justificou.

Para Weintraub, o texto é claro ao falar da necessidade da existência de um canal para que pais e diretores busquem soluções e para que "excessos de qualquer parte" sejam proibidos. "Não é para apegar professores. É para pegar excessos", completou. Não

haverá fiscalização direta do governo, disse, mas os pais estão convidados a acompanhar de perto o que é ensinado e, caso estejam insatisfeitos, um canal de comunicação estará aberto. Um dos objetivos do documento é que professores exponham em sala de aula todas as vertentes. Questionado se isso deveria ser aplicado a questões como se houve ditadura no país ou se o nazismo era de direito ou de que caberá ao professor “lecionar, não doutrinar”.

CLT NAS FEDERAIS.

O MEC quer reduzir para 70% o gasto das universidades federais com a folha de pagamento em dez anos. Hoje, a folha corresponde a 85% das despesas. A estratégia é reduzir as despesas por meio de mudanças no modelo de contratação de docentes e servidores para o regime CLT. O sindicato dos docentes, Andes, diz que isso vai prejudicar as pesquisas e elevar a rotatividade de profissionais.

topo ↕

ZERO HORA - RS - GERAL

Contratações serão via CLT e não por concurso

Universidades e faculdades federais que aderirem ao programa Future-se, do Ministério da Educação (MEC), terão de passar a contratar professores e servidores pelo regime CLT, com carteira de trabalho assinada, e não mais via concurso público, disse o ministro Abraham Weintraub ao jornal Estadão. Ele ressaltou que essa será atitude obrigatória para as instituições de ensino interessadas em fazer parte da iniciativa.

O Future-se é um projeto do MEC que, entre outras coisas, propõe às universidades que elas busquem verba junto à iniciativa privada, a fim de desonerar o governo federal. No programa, que tem adesão facultativa, os contratos de professores e técnicos-administrativos serão administrados por Organizações Sociais (OSs), empresas privadas sem fins lucrativos que recebem dinheiro do governo federal para oferecer serviços públicos.

Ao Estadão, Weintraub afirmou que os funcionários das federais contratados via CLT teriam estabilidade.

- Não seriam priorizadas (as vagas via CLT), seriam a norma. As faculdades e universidades que aderirem ao Future-se vão ter de passar a contratar via CLT e não mais via concurso público - enfatizou o ministro.

Contudo, decisão de 2018 do Supremo Tribunal Federal definiu que empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista regidos pela CLT não fazem jus à estabilidade prevista na Constituição.

topo ↕

A CRÍTICA NEWS - AM - TEMPO REAL

Faculdade de Rondônia é denunciada por emissão de diplomas falsos em nome da Uneb

Uma instituição de ensino superior privada do município de Ji-Paraná, no estado de Rondônia, foi denunciada por emitir e cobrar por diplomas falsos de pós-graduação em nome da Universidade do Estado da Bahia (Uneb).

A informação foi divulgada pela Uneb, que, em nota emitida nesta sexta-feira (20), afirmou que protocolou uma notícia-crime junto ao Ministério Público Federal (MPF-BA – Procuradoria da República na Bahia), o que significa dizer que levou a suposta

fraude ao conhecimento das autoridades.

“Segundo denúncias, a instituição vem utilizando o nome do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da Uneb para, de meio fraudulento, emitir diplomas falsos de Pós-Graduação Stricto Sensu, além de cobrar valores para realização desses cursos”, disse a estadual baiana.

Na mesma nota, a Uneb também informou que, em 12 de junho de 2019, por meio da própria Procuradoria Jurídica, ofereceu representação criminal ao MPF-BA, que a encaminhou à Polícia Federal.

“É importante frisar que os cursos de mestrado e doutorado oferecidos pela Universidade fazem parte do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e são regulados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, tendo passado por rigoroso processo de avaliação até a sua recomendação e início de funcionamento”, completa esclarecimento.

Na nota, a universidade disponibiliza, ainda, a lista de todos os cursos, de graduação e pós-graduação próprios e em associação junto a outras universidades e instituições do país. Ainda segundo a Uneb, o processo de associação com outras instituições é realizado por meio de acordo de cooperação, com “celebração” publicada em veículo oficial e junto às instâncias jurídicas responsáveis.

O CORREIO tentou contato com o MPF, mas não obteve retorno.

Veja a íntegra da nota da Uneb:

“A Universidade do Estado da Bahia (Uneb) protocolou notitia criminis referente à fraude supostamente praticada por entidade privada, que se apresenta como Instituição de Ensino Superior, localizada em Ji-Paraná, no estado de Rondônia. Segundo denúncias, a instituição vem utilizando o nome do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da Uneb para, de meio fraudulento, emitir diplomas falsos de Pós-Graduação Stricto Sensu, além de cobrar valores para realização desses cursos.

Em 12 de junho de 2019, a Uneb, através de sua Procuradoria Jurídica, ofereceu representação criminal à Procuradoria da República na Bahia, que a encaminhou à Polícia Federal. É importante frisar que os cursos de mestrado e doutorado oferecidos pela Universidade fazem parte do Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG e são regulados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES**, tendo passado por rigoroso processo de avaliação até a sua recomendação e início de funcionamento.

A lista completa dos cursos está disponível no portal da Universidade no endereço <https://portal.uneb.br/ppg/pos-graduacao-stricto-sensu>, onde é possível verificar todos os cursos próprios, em associação ou em rede com outras Universidades do país ou do exterior, bem como no site da Plataforma Sucupira **CAPES**, portal que veicula todas as informações a respeito dos cursos recomendados no Brasil: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>.

O processo de associação com outras instituições é realizado através de acordo de

cooperação entre as instituições, cuja celebração é publicada em veículo oficial e tramita junto às instâncias jurídicas responsáveis.

O ingresso nos Programas de Pós-Graduação da Universidade, em qualquer modalidade de oferta ou natureza do curso, se dá através de processo seletivo previsto em Edital específico, publicado em veículo oficial e amplamente divulgado para toda a comunidade, não havendo inscrições diretas em vagas. O diploma de mestre e doutor é emitido quando do cumprimento de todos os requisitos do curso e atestado por banca examinadora e documentos institucionais obrigatórios”.

topo ↕

BOL NOTÍCIAS - TEMPO REAL

De anti-HIV a proteção de bichos: veja pesquisas da CNPq que podem parar

O orçamento para 2019 do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) é insuficiente para fazer o pagamento das 84 mil bolsas da entidade até o final do ano. O dinheiro esgotou-se em setembro —o órgão planeja transferir recursos do fomento para honrar as bolsas de outubro.

Para os três meses restantes (a bolsa de dezembro é paga em janeiro), o CNPq ainda busca uma solução. Na semana passada, o ministro Marcos Pontes, do MCTIC, disse que está batalhando por recursos para cumprir esse compromisso junto ao Ministério da Economia.

Enquanto isso, pesquisas que trazem progresso ao país —como tratamentos avançados para HIV, zika e câncer, ou alternativas para o uso de animais em testes— ficam em modo de espera.

O professor da Universidade Federal de Pernambuco Gilberto de Sá pesquisa novos métodos de tratamento de câncer.

Entre os projetos de pesquisa está o desenvolvimento de nanomarcadores para detecção e tratamento de câncer, num modelo conhecido como teranóstico —o mesmo produto é utilizado para diagnóstico e tratamento.

Para isso, são utilizadas nanopartículas com material multifuncional, que tanto emite radiação para tratamento quanto luminescência para monitorar o tumor. Hoje testado apenas em ratos, no futuro o modelo permitiria começar o tratamento mais cedo, assim como reduzir a dosagem dos medicamentos utilizados pelos pacientes.

Além da verba do CNPq, as diversas pesquisas do laboratório são financiadas com recursos de várias origens, como o **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, ligado ao Ministério da Educação, e a Facepe (Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco). Ainda assim, um iminente corte do CNPq pode parar a pesquisa.

Eu precisaria de no mínimo R\$ 30 mil por mês para manter o laboratório. E hoje eu não tenho nem R\$ 15 mil até o final do ano
Severino Alves Jr., professor do Departamento de Química Fundamental da UFPE e atual coordenador do laboratório

"Aqui no laboratório giram em torno de 50 pessoas, contando com estudantes de

iniciação científica, mestrado, doutorado", conta Junior. "Se não pagar as bolsas, eles não têm como vir trabalhar."

O professor é ele próprio bolsista de produtividade científica do CNPq, uma categoria reservada a acadêmicos com alto volume de pesquisas e publicações. Mensalmente, ele recebe cerca de R\$ 1.400 mais R\$ 1.100 para gastos com bancada —esta segunda fatia ele investe integralmente no laboratório.

"Hoje, na comunidade científica, todo mundo faz isso, tira do próprio bolso. Esse recurso tem feito diferença, uso exclusivamente para consumo no laboratório. Se cortarem, ficarei zerado", afirma.

Anti-HIV em alga e bichos a salvo

Izabel Paixão, professora da Universidade Federal Fluminense e chefe do Laboratório de Virologia Molecular e Biotecnologia Marinha, conduz uma linha de pesquisa que busca em substâncias encontradas em duas algas da costa brasileira capacidade de tratamento ou prevenção contra HIV, herpes, zika e chikungunya.

No caso do HIV, a ênfase é a prevenção. A pesquisa de Izabel atua nessa frente, pois a substância— do grupo dos diterpenos polioxigenados— tem grande potencial inibidor na etapa inicial do vírus HIV, antes dele entrar na célula humana. Comparadas a coquetéis como o AZT, a grande vantagem é que os diterpenos não são tóxicos, diminuindo os efeitos colaterais.

Essas pesquisas são caras, então se esse dinheiro for bloqueado, tudo que investimos até agora vai por água abaixo
professora Izabel Paixão

"Nós estamos perdendo alunos. Ano passado eu perdi uma aluna, ela foi para o exterior e continuou lá, não tinha condições de viver aqui sem uma bolsa de pós-doc. Precisamos de alunos não só para o desenvolvimento das pesquisas, mas também para a formação desse recurso humano na pós-graduação", diz

O sentimento de descontinuidade do trabalho também é comum nos depoimentos sobre o tema feitos por pesquisadores. Isabella Delgado, hoje coordenadora de lato sensu da pós-graduação na Fiocruz, no Rio de Janeiro, trabalhou durante cinco anos na Rename (Rede Nacional de Métodos Alternativos ao Uso de Animais), desde que ela foi criada pelo MCTIC em 2012 até 2017.

Isabella tem um projeto de métodos alternativos de testes em andamento financiado pelo CNPq. Em fevereiro, ela prestou contas de uma pesquisa na qual liderou um consórcio de instituições para encontrar uma forma de substituir coelhos utilizados para detectar contaminações pirogênicas —como febre, calafrios e tremores— em produtos injetáveis.

Com o surgimento da Rename, Isabella, que já conduzia estudos do tipo anos antes, viu a área começar a ser valorizada.

"A medida que foi se fortalecendo, surgiram diversos editais e os pesquisadores da área se sentem mais confortáveis", diz ela, que ressalta a proximidade dessa linha com o

setor regulatório e político —inclusive para atender demandas da sociedade na redução de experimentos com animais.

Agora, o cenário começa a mudar. "Nós tínhamos uma perspectiva de desenvolver algo, propostas interessantes, mas sem agências de fomento a gente fica no meio do caminho, não tem como", afirma Isabella.

Entenda o problema do CNPq

O orçamento do CNPq de 2019 foi deficitário em cerca de R\$ 330 milhões - é esse o valor para terminar de pagar as bolsas de pesquisa até o final do ano, um cenário que já era previsto no orçamento federal aprovado em 2018.

O repasse desse montante ao CNPq foi acertado nas negociações feitas no Congresso para liberar um crédito suplementar de R\$ 248 bilhões em junho. Mas isso até agora não foi feito.

De maneira emergencial, o CNPq planeja remanejar recursos da área de fomento, utilizada para compra de insumos, equipamentos e financiamento de pesquisas de maneira geral. Essa movimentação precisa ser aprovada pelo Ministério da Economia e seria suficiente para pagar as bolsas em outubro. A partir daí, será necessário uma intervenção externa.

Esse cenário fez com que o CNPq congelasse cerca de 4.500 bolsas que deveriam ter sido disponibilizadas para novos estudantes (situação semelhante a do **Capes**, que já perdeu mais de 10 mil bolsas).

A proposta do governo Jair Bolsonaro para o orçamento de 2020 prevê o pagamento das 84 mil bolsas ao longo de todo o ano, mas reduz drasticamente o financiamento da área de fomento: de R\$ 127,4 milhões para R\$ 16,5 milhões.

Uma das possíveis consequências disso é a inviabilização da chamada universal prevista para 2020. A chamada universal é um dos principais meios de financiamentos de pesquisas oferecidos pelo órgão, que pode ser utilizado por projetos de qualquer área. Até cinco anos atrás, ela era anual. Desde então, tem sido lançada de forma bienal —a próxima seria ano que vem.

Foram comprados grandes equipamentos, mas se pararem eu não tenho como consertar, resolver o problema. Vou ter um elefante branco, vai virar sucata. Nós estamos caminhando para o colapso total
professor Junior, da UFPE

Izabel, da UFF, tem uma visão semelhante. "Nós trabalhamos com pesquisas que podem contribuir para a melhoria de saúde da nossa comunidade e deixaríamos de contribuir com essas informações, com esse conhecimento, que é função da universidade. É lamentável. É triste e lamentável."

SIGA TILT NAS REDES SOCIAIS

Twitter: https://twitter.com/tilt_uol

Instagram: https://www.instagram.com/tilt_uol/

WhatsApp: <https://uol.page.link/V1gDd>

Grupo no Facebook Deu Tilt: <http://bit.ly/FacebookTilt>

topo ↕

DOURADOS AGORA - TEMPO REAL

Educação, Economia e Defesa vão receber 65% dos recursos desbloqueados

Com o anúncio do governo de que vai desbloquear R\$ 8,3 bilhões do Orçamento, três ministérios foram mais beneficiados e vão receber o equivalente a 65% dos recursos: Educação, Economia e Defesa. No total, as três pastas receberão o total de R\$ 5,39 bilhões.

A Advocacia-Geral da União (AGU), o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos e a Controladoria Geral da União (CGU) aparecem na outra ponta com as menores liberações, somando R\$ 80,4 milhões.

A Educação é quem vai receber a maior quantia: R\$ 1,99 bilhão. Os recursos devem ir para recompor parte dos cortes aplicados a universidades, institutos federais, para a aquisição de livros didáticos e para o pagamento de bolsas de pesquisa da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

No início do mês, o Ministério da Educação anunciou o corte de 5.613 bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado que estavam previstas para os quatro meses restantes do ano.

A pasta também receberá recursos adicionais de R\$ 1,6 bilhão provenientes de uma multa paga pela Petrobras às autoridades brasileiras após um acordo junto ao governo dos Estados Unidos para encerrar as investigações sobre a empresa nos EUA referentes a prejuízos causados a acionistas estrangeiros nos casos de corrupção investigados pela Operação Lava Jato.

O acordo foi homologado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 17 de setembro, e incluiu, também, R\$ 1 bilhão para a preservação da Amazônia.
Economia e Defesa

Os recursos para o Ministério da Economia, no valor de R\$ 1,75 bilhão, irão para o Fundo Garantidor de Exportação (FGE), organismos internacionais, pagamento de agentes financeiros, tarifas bancárias, para os sistemas de dados do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev), além de bancar parte do Censo de 2020.

Os recursos liberados para o Ministério da Defesa, de R\$ 1,650 bilhão, serão aplicados em ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e manutenção de atividades nos quartéis.

Também foram beneficiados com o descontingenciamento os ministérios da Saúde, que receberá R\$ 700 milhões para aplicar no Sistema Único de Saúde (SUS).

O Ministério da Infraestrutura terá R\$ 450 milhões, a maior parte destinada para infraestrutura rodoviária; e Minas e Energia, que receberá R\$ 340 milhões.

O Ministério do Desenvolvimento Regional, que toca o programa Minha Casa, Minha Vida, recebeu R\$ 200 milhões na distribuição dos recursos.

Também houve a liberação de recursos para os demais Poderes, que receberão R\$ 83,538 milhões em limite adicional.

Além disso, houve a liberação para emendas impositivas, num total de R\$ 799,659 milhões, dos quais R\$ 533,1 milhões para emendas individuais e R\$ 266,5 milhões para as de bancada.

topo ↕

OLHAR DIRETO - TEMPO REAL

Os cortes em ciência e tecnologia e a fuga de cérebros

No último ano, o governo cortou mais de 8 mil bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, além de anunciar que pretende reduzir pela metade o orçamento da CAPES para o ano 2020. O cenário não é nada positivo para o desenvolvimento de pesquisa e inovação no Brasil, mas quais as consequências disso para o país nos próximos anos e décadas?

Mão de obra qualificada é um bem precioso no mundo civilizado. Diversos países como Austrália e Canadá possuem programas especiais de concessão de vistos e cidadania profissionais em algumas áreas. Os Estados Unidos, Alemanha e outros países, há décadas abrem espaço para acolher pesquisadores de diversas partes do mundo e a China vem realizando esforços para repatriar cientistas que estavam trabalhando em outras partes do mundo. Cada dia mais, a pesquisa e inovação está ligada ao desenvolvimento dos países.

No Brasil, há anos, alguns pesquisadores têm denunciado o desmonte da ciência nacional, que vem ocorrendo de diferentes formas desde 2014, mas que se aprofundou muito no último ano. As universidades e centros de pesquisa são os locais onde ocorrem a produção da ciência nacional. A crise econômica vem tornando a situação insustentável, uma vez que os governos estão cada vez mais negligenciando a estrutura científica do país, a ponto de não se ter recursos nem mesmo para pagar a conta de luz.

Por outro lado, em muitos países a porcentagem de investimento em pesquisa e inovação vêm crescendo gradativamente. A Alemanha, por exemplo, anunciou que o país investirá, entre 2021 e 2030, 160 bilhões de euros no ensino superior e na pesquisa científica, montante superior ao previsto anteriormente.

Com esse cenário de aumento em investimento em pesquisa no mundo, em contra posto, o Brasil com cortes drásticos, acredito, que nos próximos anos seguiremos perdendo pesquisadores para centros de pesquisas e desenvolvimento de ciência em outros países. Além disso, as universidades que ainda não possuem a pós-graduação consolidada, em especial nas regiões centro-oeste, norte e nordeste, a falta de recurso levará ao fechamento de programas de mestrado e doutorado, reduzindo a capacidade de competição do país.

A fuga de cérebros é um fenômeno que já está ocorrendo há alguns anos, mas a forma como o governo vem tratando a ciência nacional, fará o país regredir ao menos uma ou duas décadas, perdendo a oportunidade de se tornar um centro de desenvolvimento de ciência, capaz de agregar valor aos nossos produtos e de desenvolver patentes e

Caiubi Kuhn Docente do Instituto de Engenharia, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

topo ↕

PORTAL DO MAGISTRADO - TEMPO REAL

Acir alerta para cortes de recursos em áreas estratégicas no Orçamento de 2020 — Senado Notícias

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) alertou nesta segunda-feira (23) em Plenário para o impacto dos cortes de recursos em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país, previstos no projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020 (PL 22/2019-CN). Para o senador, proposta encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional compromete setores como Educação, Ciência, Tecnologia e Infraestrutura, além dos programas sociais.

Segundo Acir, o valor repassado para o Ministério da Educação será 18% menor do que em 2019. Ele citou que o valor absoluto cai de R\$ 122 bilhões para R\$ 101 bilhões.

— O corte em 2020 vai ocorrer em todos os níveis educacionais, do ensino básico ao superior, incluindo a pesquisa e a extensão. A **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** é a que mais sentirá os efeitos desse corte. Pela proposta, vai perder metade do Orçamento, que sai de R\$ 4,5 bilhões em 2019, para R\$ 2,2 bilhões em 2020 — citou.

Apesar de reconhecer que a peça orçamentária reflete o momento de crise financeira do país, Acir destacou que o corte se contrapõe à evolução na arrecadação da União em 2019. Ele informou que a previsão para este ano é de uma arrecadação de R\$ 1,5 trilhão, aproximadamente 4% maior do que no ano passado, e pediu que o Congresso avalie alternativas aos cortes sugeridos pelo governo federal.

— Faço esse alerta para que possamos contribuir com o atual governo, no sentido de apontar caminhos para que possamos superar este momento de Orçamento curto, sem grandes impactos na educação de nossos filhos e no andamento de nossa economia — pediu.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Fonte Oficial: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/23/acir-alerta-para-cortes-de-recursos-em-areas-estrategicas-no-orcamento-de-2020>.

Os textos, informações e opiniões publicados neste espaço são de total responsabilidade do(a) autor(a). Logo, não correspondem, necessariamente, ao ponto de vista do Portal do Magistrado.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

MEC quer professor sem concurso em universidade federal

Contratação via CLT será exigência para a entrada das universidades no Future-se, novo programa que vai captar recursos junto à iniciativa privada

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, vai estimular as universidades federais a contratarem professores e técnicos pelo regime CLT (de carteira assinada), destaca o

jornal O Estado de S. Paulo. Hoje, eles passam por concurso público e têm direito à estabilidade. A contratação via CLT será exigência para a entrada das universidades no Future-se, novo programa do MEC que vai captar recursos junto à iniciativa privada. Segundo a pasta, boa parte dos novos investimentos no ensino superior federal será pelo programa.

No Future-se, cuja adesão das universidades é facultativa, contratos de novos docentes e técnicos serão intermediados por OSs (Organizações Sociais), entidades privadas que prestam serviços públicos e não precisam seguir a Lei de Licitações e Concursos. Embora Weintraub afirme que os funcionários seguiriam com estabilidade, o Supremo Tribunal Federal decidiu, em 2018, que empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista regidos pela CLT não fazem jus à estabilidade prevista na Constituição. No novo modelo das federais, ainda não detalhado, a ideia é o servidor ter a permanência atrelada ao desempenho.

Um dos ministros mais próximos ao presidente Jair Bolsonaro, Weintraub argumenta que é preciso cortar o gasto na folha de pagamento, que chama de "bomba-relógio". Estudos do MEC mostram que 85% da verba nas federais é gasta com pessoal.

O MEC anunciou que conseguiu R\$ 600 milhões para descongelar 3.182 bolsas de pós-graduação. De onde vem o dinheiro?

O que acontece é que o teto (federal de gastos) estrangulou a gente. O pessoal aprovou esse teto pensando que ia passar a (reforma da) Previdência e diminuir despesas. Só que não passou no governo (Michel) Temer. Agora, a gente passou a Previdência (na Câmara) e vai diminuir despesa. Mas a gente vai ser estrangulado no ano que vem. A forma de conseguir mais espaço no orçamento é achando nas despesas obrigatórias coisas não tão obrigatórias assim.

Como o governo conseguiu abrir espaço no teto (de gastos)?

Quem mostrará de onde saiu é o Ministério da Economia. Conseguimos trabalhar de forma mais assertiva e eficiente.

O recurso para bolsas da **Capes** (órgão de fomento à pesquisa do MEC) atende à demanda?

A demanda é infinita. Todo mundo quer uma bolsinha. No Brasil, todo mundo acha que o dinheiro cai do céu. Na verdade, vem do pagador de imposto. O Brasil quebrou e agora temos que respeitar o limite orçamentário.

O sr. pretende abrir espaço para aumentar os recursos para outras áreas do MEC?

Vou encontrar mais (espaço). Temos dito que é contingenciamento. E disseram: "é corte, vai parar tudo!". Mentira.

Sua declaração ao Estado de que havia "balbúrdia" nas universidades causou desconforto.

É para causar. É dinheiro do pagador de imposto, que poderíamos fazer creches. Disse

que íamos contingenciar e que, se tudo desse certo, a partir de setembro começava a descontingenciar. É o que está acontecendo.

O sr. disse que universidade com "balbúrdia" não teria verba.

As universidades são caras e têm muito desperdício com coisas que não têm nada a ver com produção científica e educação. Têm a ver com politicagem, ideologização e balbúrdia. Vamos dar uma volta em alguns câmpus por aí? Tem cracolândia. Estamos em situação fiscal difícil e onde tiver balbúrdia vamos pra cima.

Conseguiu administrar a falta de recursos em universidades?

Me diz um caso? Não faltou (verba). Todo dia busco solução na crise dessa dimensão.

E o que vai priorizar em 2020?

Difícilmente terá contingenciamento. Eles poderão estimar. Mas presta atenção porque a folha de pagamento de todas as universidades cresce 8% ao ano, acima da inflação. Uma bomba-relógio. O Future-se é um caminho. Hoje, no governo federal, tem 600 mil funcionários públicos na ativa, e, desses, 300 mil no MEC. Dos 300 mil, 100 mil foram nos últimos anos do PT.

Como será resolvido o problema da folha de pagamento?

O Future-se tem várias características. Uma delas é o modelo da Ebserh (empresa pública vinculada ao MEC que gere hospitais universitários federais), que são novas contratações via CLT. Com isso, pode preservar contratos atuais e ir gradualmente trocando, o que se tem na FGV (Fundação Getúlio Vargas).

O sr. falou em ir "gradualmente trocando" as contratações atuais pelo regime CLT...

É como a Ebserh... Quem é concursado, e eu sou (é professor da Universidade Federal de São Paulo), já passei na estabilidade, sou funcionário público concursado pelo resto da vida. Somos contra ruptura, a favor de respeitar leis e contratos. Vamos conduzir tudo dentro da lei, dos contratos, respeitando a Constituição.

Mas a ideia seria fazer transição aos poucos ao regime CLT?

As novas vagas (seriam) CLT, como é na Ebserh. A pessoa vai ter estabilidade, vai ter tudo. O objetivo não é ser uma universidade privada, é pública. Na Ebserh, você não tem uma rotatividade tão grande.

Então, com o tempo, as vagas por CLT seriam priorizadas?

Não seriam priorizadas, seriam a norma. As faculdades e universidades que aderirem ao Future-se vão ter de passar a contratar via CLT e não mais via concurso público, um funcionário público com regime jurídico único.

O MEC vai tirar dinheiro das universidades?

Não vou tirar. A gente vai manter o que está mandando, como estamos fazendo para o ano que vem. E aí vou trabalhar para conseguir mais recursos para viabilizar outras coisas, outras áreas, projetos novos. Dá para fazer muita coisa com pouco dinheiro.

O governo vai mudar a forma de distribuir recursos às universidades (em agosto, o MEC disse que estuda indicadores como governança e empregabilidade para dar verba às federais)?

Pela primeira vez buscamos eficiência. Antigamente, falava: "tem de mandar mais recursos para educação". Hoje não. O objetivo é melhorar indicadores de educação. O que aconteceu com as universidades? Mandou-se rios de dinheiro, bilhões e bilhões, e não melhoramos os índices. As nossas universidades não estão bem ranqueadas.

Copyright © Estadão. Todos os direitos reservados.

topo ↕

RONDONOTÍCIAS - RO - GERAL

Faculdade de RO é denunciada por emitir diplomas falsos da UNEB

Denúncia contra instituição de ensino superior de Ji-Paraná foi protocolada no MPF/BA

JI-PARANÁ RO - Uma instituição de ensino superior privada de Ji-Paraná, foi denunciada por emitir e cobrar por diplomas falsos de pós-graduação em nome da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

A informação foi divulgada pela própria UNEB que, em nota (confira abaixo), afirmou que protocolou uma notícia-crime junto ao Ministério Público Federal (MPF-BA – Procuradoria da República na Bahia). Na mesma nota, a UNEB também informa que, em 12 de junho de 2019, por meio da própria Procuradoria Jurídica, ofereceu representação criminal ao MPF-BA, que a encaminhou à Polícia Federal.

“É importante frisar que os cursos de mestrado e doutorado oferecidos pela Universidade fazem parte do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e são regulados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, tendo passado por rigoroso processo de avaliação até a sua recomendação e início de funcionamento”, completa esclarecimento.

Ainda na nota, a universidade disponibiliza, a lista de todos os cursos, de graduação e pós-graduação próprios e em associação junto a outras universidades e instituições do país. Ainda segundo a Uneb, o processo de associação com outras instituições é realizado por meio de acordo de cooperação, com “celebração” publicada em veículo oficial e junto às instâncias jurídicas responsáveis.

Veja a nota da UNEB na íntegra:

“A Universidade do Estado da Bahia (Uneb) protocolou notícia criminis referente à fraude supostamente praticada por entidade privada, que se apresenta como Instituição de Ensino Superior, localizada em Ji-Paraná, no estado de Rondônia. Segundo denúncias, a instituição vem utilizando o nome do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da Uneb para, de meio fraudulento, emitir diplomas falsos de Pós-Graduação Stricto Sensu, além de cobrar valores para realização desses cursos.

Em 12 de junho de 2019, a Uneb, através de sua Procuradoria Jurídica, ofereceu

representação criminal à Procuradoria da República na Bahia, que a encaminhou à Polícia Federal. É importante frisar que os cursos de mestrado e doutorado oferecidos pela Universidade fazem parte do Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG e são regulados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES**, tendo passado por rigoroso processo de avaliação até a sua recomendação e início de funcionamento.

A lista completa dos cursos está disponível no portal da Universidade no endereço <https://portal.uneb.br/ppg/pos-graduacao-stricto-sensu>, onde é possível verificar todos os cursos próprios, em associação ou em rede com outras Universidades do país ou do exterior, bem como no site da Plataforma Sucupira **CAPES**, portal que veicula todas as informações a respeito dos cursos recomendados no Brasil: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>.

O processo de associação com outras instituições é realizado através de acordo de cooperação entre as instituições, cuja celebração é publicada em veículo oficial e tramita junto às instâncias jurídicas responsáveis.

O ingresso nos Programas de Pós-Graduação da Universidade, em qualquer modalidade de oferta ou natureza do curso, se dá através de processo seletivo previsto em Edital específico, publicado em veículo oficial e amplamente divulgado para toda a comunidade, não havendo inscrições diretas em vagas. O diploma de mestre e doutor é emitido quando do cumprimento de todos os requisitos do curso e atestado por banca examinadora e documentos institucionais obrigatórios”.

Fonte: Correio 24 horas da Bahia

topo ↕

VOZ DA BAHIA - TEMPO REAL

Uneb denuncia faculdade de Rondônia por emissão de diplomas falsos

A Universidade do Estado da Bahia (Uneb) comunicou às autoridades uma fraude supostamente praticada por uma entidade privada que se apresenta como instituição de ensino superior, localizada em Ji-Paraná, no estado de Rondônia.

Segundo denúncias, a instituição usa o nome do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da Uneb para emitir diplomas falsos de pós-graduação stricto sensu, além de cobrar valores para a realização desses cursos. Por meio de nota, a Uneb informou que, em 12 de junho de 2019, entrou com uma representação criminal na Procuradoria da República na Bahia, que a encaminhou à Polícia Federal.

A universidade ressalta que os cursos de mestrado e doutorado oferecidos fazem parte do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) e são regulados pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, “tendo passado por rigoroso processo de avaliação até a sua recomendação e início de funcionamento”, segundo o comunicado.

Ainda de acordo com a Uneb, “o processo de associação com outras instituições é realizado através de acordo de cooperação entre as instituições, cuja celebração é publicada em veículo oficial e tramita junto às instâncias jurídicas responsáveis”.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Não podemos constitucionalizar a ineficiência na educação

Brasil precisa trilhar o difícil caminho de busca por maior eficiência e equidade

Todos nós queremos que o potencial de desenvolvimento social e econômico do Brasil seja destravado. Mas sejam quais forem as próximas reformas e políticas públicas, elas terão seu impacto limitado pelo nosso baixo capital humano. Sem investir em pessoas, não há como ir além do histórico brasileiro de “voos de galinha”.

O que é preciso fazer? Investir melhor em Educação Básica. É aí que entra o Fundeb, fundo por onde passa mais da metade dos recursos da área, distribuídos para estados e municípios.

Uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para um novo Fundeb está em discussão no Congresso, mas, a despeito de importantes questões presentes na PEC, infelizmente o debate público tem se concentrado no aumento da contribuição da União para o fundo (de 10% para 40% —ou seja, de R\$ 15 bilhões para R\$ 60 bilhões por ano).

Pouca atenção tem sido dada à equidade na distribuição desses recursos e a como eles poderiam ser melhor mais bem alocados para ampliar os resultados educacionais.

O que deve ser levado em consideração no novo Fundeb?

Em primeiro lugar, uma premissa: investimentos em educação, quando bem geridos (corretamente alocados, executados e avaliados), resultando em mais aprendizagem dos alunos, são os que trazem maiores retornos para os brasileiros e para o Brasil. É notória a necessidade de investirmos mais, principalmente nas escolas e nos alunos mais pobres, fazendo da educação um fator de equalização de oportunidades.

Contudo, há um uso populista da bandeira de mais recursos, que encobre a incapacidade de alguns grupos formularem e abraçarem uma agenda mais sistêmica e complexa de melhoria da educação pública brasileira. Quem paga o preço por essa lógica, para variar, são as crianças. E, em seguida, todos nós.

É tempo de aprendermos com as evidências sobre a relação gasto-qualidade e evitarmos a constitucionalização da ineficiência.

Temos a oportunidade, com o novo Fundeb, de uma nova modelagem que favoreça e estimule a boa gestão. A experiência empírica é inequívoca ao mostrar que a partir do patamar de investimento por volta de R\$ 5.500 por aluno por ano (valores 2019), a correlação entre resultados educacionais e investimento praticamente some. O que passa então a explicar mais os resultados é a gestão educacional, muito desigual entre os estados e municípios brasileiros.

Nesse sentido, um novo Fundeb deve ser mais redistributivo, capaz de elevar o investimento de 45% dos municípios que investem menos que R\$5.500 por aluno ao ano. É preciso, de início, considerar os valores fora do Fundeb no critério de repasse, além de alterar a lógica de distribuição de toda a complementação da União, ainda que de maneira gradual, para não gerar perdas no curto prazo a algumas redes.

Em que pese o meritório esforço político de convergir diferentes posições no debate, a atual proposta ainda não avança nesse sentido, constitucionalizando uma ineficiência de aproximadamente R\$ 5 bilhões por ano.

O Brasil precisa trilhar o difícil caminho de busca por maior eficiência e equidade, com critérios claros para o aumento de investimentos para além do patamar mínimo que deve ser garantido por aluno, com políticas indutoras de melhor gestão e apoio técnico onde ela é menos eficiente, de forma a não punirmos os alunos dessas localidades.

A defesa da eficiência é a do direito de todos os alunos de aprender. Demonizá-la é se eximir de responsabilidades, assumindo uma retórica que tem prejudicado milhões de alunos, mas gerado ganhos para um pequeno grupo de pessoas.

Priscila Cruz

Mestre em administração pública pela Harvard Kennedy School (EUA), é presidente-executiva e cofundadora do movimento Todos Pela Educação

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Alunos de bairros periféricos de Uberlândia deverão ter transporte escolar gratuito, determina Justiça

Ação determina que transporte gratuito para escolas estaduais comece a ser oferecido pelo Estado em, no máximo 60 dias, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil. O G1 entrou em contato com o governo de MG.

Por G1 Triângulo e Alto Paranaíba

Alunos de escolas estaduais que moram na região periférica de Uberlândia deverão ter transporte gratuito fornecido pelo governo de Minas Gerais.

A decisão é do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) que concedeu uma liminar, por meio de antecipação de tutela, que determina que a medida seja adotada em 60 dias.

A decisão ainda não é definitiva, pois não foi julgada no mérito em primeira instância, segundo esclareceu o Tribunal. O Poder Executivo alegou, dentre outros fatores, a falta de recursos (veja abaixo). O G1 entrou em contato com o estado e aguarda retorno.

Conforme divulgada nesta sexta-feira (20) pelo TJMG, os alunos do ensino médio são moradores dos bairros Residenciais Monte Hebron, Pequiss, Córrego do Óleo, Jardim Célia e Morada Nova. Eles se deslocam diariamente para escolas da cidade ao enfrentar longa distância de casa.

Por isso, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ajuizou Ação Civil Pública (ACP) que solicita o fornecimento de transporte escolar gratuito para estes estudantes. A multa diária é de R\$ 5 mil no caso de não cumprimento.

Decisão

Após a ação do MPMG, o juiz José Roberto Poiani, da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Uberlândia, concedeu o pedido de tutela antecipada de urgência.

Na decisão, o magistrado citou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que encarrega o estado do transporte escolar dos alunos da rede estadual.

Estado

Segundo o TJMG, o estado então recorreu, argumentando que o fornecimento de transporte escolar gratuito, em razão do Decreto Estadual 46.946/2016, era dever do Município de Uberlândia.

O Poder Executivo de Minas Gerais ressaltou, ainda, que "cabe à família do aluno priorizar o acesso integral à educação, providenciando, se necessário, o transporte".

O estado, por fim, sustentou não ter recursos para cumprir a determinação, pois decretou calamidade financeira em dezembro de 2016, e alegou não ser possível implantar políticas públicas sem a prévia inclusão dos gastos na lei orçamentária.

O agravo de instrumento foi analisado então pela 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

O relator, desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga, considerou que, "apesar de serem relevantes os argumentos que demonstravam limitações para a execução do projeto, eles não podem restringir ou aniquilar o acesso a direitos fundamentais, entre os quais o direito à educação pela população carente".

O magistrado negou provimento ao recurso e manteve a sentença. Os desembargadores Wagner Wilson e Bitencourt Marcondes acompanharam o relator.

[topo](#)

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

MEC quer fazer gasto com salários cair a 70% nas universidades

Orçamento para todas as 63 universidades federais em 2019 é de R\$ 49,621 bilhões; desse total, R\$ 42,3 bilhões são com salários

Por Estadão Conteúdo

24 set 2019

O Ministério da Educação (MEC) quer reduzir para 70% o gasto das universidades federais com a folha de pagamento nos próximos dez anos. Hoje, pagar a folha corresponde a 85% do total das despesas. A meta faz parte da estratégia para diminuir despesas com pessoal por meio de mudanças no modelo de contratação de docentes e servidores para o regime CLT. O sindicato dos docentes, Andes, diz que isso vai prejudicar as pesquisas e elevar a rotatividade de profissionais.

Quase metade da força de trabalho na administração federal está nas instituições de ensino. O orçamento para todas as 63 universidades federais em 2019 é de R\$ 49,621 bilhões – são R\$ 42,3 bilhões com salários.

Ao Estadão/Broadcast, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, antecipou que as universidades que aderirem ao Future-se, ação federal para captar verba privada, “vão ter de passar a contratar via CLT, e não mais via concurso público”. O texto do novo programa, que ainda será enviado ao Congresso, tem sofrido resistência de parte das universidades.

Secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima afirmou ontem que a redução de 15 pontos percentuais nos gastos com servidores e professores representaria a maior

reforma do governo, depois da previdenciária. “A CLT é um método, mas não é o objetivo em si. O objetivo é ter uma limitação de despesas com pessoal”, disse ele.

Lima disse que o Conselho Superior das universidades determinará quais serviços poderão ser prestados por funcionários contratados pela CLT. Destacou, ainda, que as contratações terão de ser feitas por meio das Organizações Sociais (OSs) e pelas fundações de apoio.

Segundo ele, a adesão ao modelo das OSs, tipo de associação privada sem fins lucrativos, pode ser feita pelas universidades em parte ou em sua totalidade. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

MEC envia ofício às escolas para combater doutrinação em sala de aula Objetivo, segundo o ministério, é evitar propaganda político-partidária dentro de classe; diretrizes se assemelham ao que propõe o Escola sem Partido

Por Estadão Conteúdo

24 set 2019

Brasília — O Ministério da Educação (MEC) informou ter encaminhado para secretarias municipais e estaduais de educação e para entidades de classe um ofício determinando que as escolas adotem o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e evitem “propaganda político-partidária”. O projeto, que destaca que aos professores cabe “ensinar, não doutrinar”, foi denominado pelo ministério como Escola de Todos.

As diretrizes apresentadas pelo governo (veja abaixo) guardam semelhança com o que é postulado pelo Escola sem Partido – embora o movimento reivindique a existência de uma lei com regras sobre o tema. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que o comunicado tem como objetivo alcançar a cultura de paz na rede pública de ensino. “É um chamamento para ponderar, esvaziar as tensões”, justificou.

Para Weintraub, o texto é claro ao falar da necessidade da existência de um canal para que pais e diretores busquem soluções e para que “excessos de qualquer parte” sejam proibidos. “Não é para pegar professores. É para pegar excessos”, completou. Não haverá fiscalização direta do governo, disse, mas os pais estão convidados a acompanhar de perto o que é ensinado e, caso estejam insatisfeitos, um canal de comunicação estará aberto.

Um dos objetivos do documento é que professores exponham em sala de aula todas as vertentes. “Não é correto puxar para um lado”, frisou o ministro. Questionado se isso deveria ser aplicado a questões como se houve ditadura no País ou se o nazismo era de direita ou de esquerda, o ministro afirmou que caberá ao professor “lecionar, não doutrinar”.

Ele procurou estabelecer relação entre o pluralismo de ideias e a paz escolar. E citou como exemplo um aluno com convicções ideológicas diferentes da maioria dos colegas que teria cometido suicídio. O combate à prática e ao bullying fazem parte da proposta.

O ministro procurou afastar, porém, a relação entre o documento e o Escola sem Partido. Esse movimento político foi criado em 2004 no Brasil e divulgado em todo o

país pelo advogado Miguel Nagib e tem como foco evitar a “doutrinação em sala de aula”. “O nome do documento é Escola de Todos. Que fique bem claro”, completou. Weintraub não esclareceu se o comunicado abre espaço para eventual proposta de lei sobre o tema. “Queremos uma escola de paz.”

Legislação

Em sua página oficial, o MEC destacou cinco direitos dos alunos, incluindo o de que “professores e comunidade escolar devem respeitar as crenças e convicções do estudante”. Segundo o ministério, o texto não inova, mas deixa claras legislações já vigentes.

Para a presidente executiva do Movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz, “não há nenhum estudo” que mostre existir doutrinação na escola. “A evidência que temos é que a relação aluno e professor é determinante para o aprendizado. E isso pode estar sendo rompido por uma medida sem evidência.” Ela também critica o envio do ofício sem diálogo prévio com municípios e Estados.

As diretrizes

1. Ter um ensino ministrado com base no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, resguardada a liberdade de expressão, a tolerância de opiniões e o acesso, em sala de aula, às diversas versões, teorias e perspectivas sociais, culturais, econômicas e históricas;
2. Não ser prejudicado por história, identidades, crenças e convicções políticas ou ideológicas;
3. Não ser submetido a comunicação comercial inadequada – como propagandas político-partidárias – no ambiente escolar;
4. Seguir a religião que esteja de acordo com suas convicções;
5. Professores e comunidade escolar devem respeitar as crenças e convicções do estudante, desde que não incitem à violência, de forma a evitar qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC quer combate à ‘doutrinação’

O Ministério da Educação (MEC) informou ter encaminhado para secretarias municipais e estaduais de educação e para entidades de classe um ofício determinando que as escolas adotem o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e evitem “propaganda político-partidária”. O projeto, que destaca que aos professores cabe “ensinar, não doutrinar”, foi denominado pelo ministério como Escola de Todos.

As diretrizes apresentadas pelo governo (veja abaixo) guardam semelhança com o que é postulado pelo Escola sem Partido – embora o movimento reivindique a existência de uma lei com regras sobre o tema. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que o comunicado tem como objetivo alcançar a cultura de paz na rede pública de ensino. “É um chamamento para ponderar, esvaziar as tensões”, justificou.

Para Weintraub, o texto é claro ao falar da necessidade da existência de um canal para que pais e diretores busquem soluções e para que “excessos de qualquer parte” sejam proibidos. “Não é para pegar professores. É para pegar excessos”, completou. Não haverá fiscalização direta do governo, disse, mas os pais estão convidados a acompanhar de perto o que é ensinado e, caso estejam insatisfeitos, um canal de comunicação estará aberto.

Um dos objetivos do documento é que professores exponham em sala de aula todas as vertentes. “Não é correto puxar para um lado”, frisou o ministro. Questionado se isso deveria ser aplicado a questões como se houve ditadura no País ou se o nazismo era de direita ou de esquerda, o ministro afirmou que caberá ao professor “lecionar, não doutrinar”.

Ele procurou estabelecer relação entre o pluralismo de ideias e a paz escolar. E citou como exemplo um aluno com convicções ideológicas diferentes da maioria dos colegas que teria cometido suicídio. O combate à prática e ao bullying fazem parte da proposta. O ministro procurou afastar, porém, a relação entre o documento e o Escola sem Partido. Esse movimento político foi criado em 2004 no Brasil e divulgado em todo o país pelo advogado Miguel Nagib e tem como foco evitar a “doutrinação em sala de aula”. “O nome do documento é Escola de Todos. Que fique bem claro”, completou. Weintraub não esclareceu se o comunicado abre espaço para eventual proposta de lei sobre o tema. “Queremos uma escola de paz.”

Legislação

Em sua página oficial, o MEC destacou cinco direitos dos alunos, incluindo o de que “professores e comunidade escolar devem respeitar as crenças e convicções do estudante”. Segundo o ministério, o texto não inova, mas deixa claras legislações já vigentes.

Para a presidente executiva do Movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz, “não há nenhum estudo” que mostre existir doutrinação na escola. “A evidência que temos é que a relação aluno e professor é determinante para o aprendizado. E isso pode estar sendo rompido por uma medida sem evidência.” Ela também critica o envio do ofício sem diálogo prévio com municípios e Estados. /

As diretrizes

1. Ter um ensino ministrado com base no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, resguardada a liberdade de expressão, a tolerância de opiniões e o acesso, em sala de aula, às diversas versões, teorias e perspectivas sociais, culturais, econômicas e históricas;
2. Não ser prejudicado por história, identidades, crenças e convicções políticas ou ideológicas;
3. Não ser submetido a comunicação comercial inadequada – como propagandas político-partidárias – no ambiente escolar;
4. Seguir a religião que esteja de acordo com suas convicções;
5. Professores e comunidade escolar devem respeitar as crenças e convicções do

estudante, desde que não incitem à violência, de forma a evitar qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Gasto com os salários deve cair a 70% nas universidades

Meta faz parte da estratégia de diminuir despesas com pessoal por meio de mudanças no modelo de contratação de servidores para o regime CLT

O MEC (Ministério da Educação) quer reduzir para 70% o gasto das universidades federais com a folha de pagamento nos próximos dez anos. Hoje, pagar a folha corresponde a 85% do total das despesas. A meta faz parte da estratégia para diminuir despesas com pessoal por meio de mudanças no modelo de contratação de docentes e servidores para o regime CLT. O sindicato dos docentes, Andes, diz que isso vai prejudicar as pesquisas e elevar a rotatividade de profissionais.

Quase metade da força de trabalho na administração federal está nas instituições de ensino. O orçamento para todas as 63 universidades federais em 2019 é de R\$ 49,621 bilhões - são R\$ 42,3 bilhões com salários.

Ao Estadão/Broadcast, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, antecipou que as universidades que aderirem ao Future-se, ação federal para captar verba privada, "vão ter de passar a contratar via CLT, e não mais via concurso público". O texto do novo programa, que ainda será enviado ao Congresso, tem sofrido resistência de parte das universidades.

Secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima afirmou ontem que a redução de 15 pontos percentuais nos gastos com servidores e professores representaria a maior reforma do governo, depois da previdenciária. "A CLT é um método, mas não é o objetivo em si. O objetivo é ter uma limitação de despesas com pessoal", disse ele.

Lima disse que o Conselho Superior das universidades determinará quais serviços poderão ser prestados por funcionários contratados pela CLT. Destacou, ainda, que as contratações terão de ser feitas por meio das Organizações Sociais (OSs) e pelas fundações de apoio.

Segundo ele, a adesão ao modelo das OSs, tipo de associação privada sem fins lucrativos, pode ser feita pelas universidades em parte ou em sua totalidade.

Copyright © Estadão. Todos os direitos reservados.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Em ofício, MEC pede combate a propaganda partidária

Batizado de Escola de Todos a orientação foi enviada a governos estaduais e prefeituras e pretende prevenir a doutrinação e bullying

O Ministério da Educação encaminhou, na segunda-feira (23), um ofício para as secretarias estaduais e municipais de Educação com orientações e diretrizes a serem adotadas no ensino público.

Batizado de *Escola de Todos*, o documento sugere a adoção de medidas com o objetivo de garantir o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, respeito às diferenças, tolerância, combate ao bullying, [e] à automutilação e a não exposição a propagandas político-partidárias dentro das instituições de ensino. De acordo com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, que convocou uma coletiva de imprensa para anunciar o envio do ofício, a ideia é criar um ambiente de acolhimento nas escolas.

"O objetivo é dar um ambiente acolhedor para as crianças, diminuir o bullying, melhorar os indicadores educacionais, reduzir a automutilação e o suicídio, preservando o direito das pessoas se expressarem dentro do que é um ambiente civilizado, normal, sem excessos. Evidentemente tem alguns vídeos que mostram excessos e excessos têm que ser coibidos. É plural, tem que contar várias versões, não pode falar só de um lado", disse.

Weintraub defendeu a necessidade de pacificar a sala de aula e criticou a existência de militância política nas escolas. "É buscar uma pacificação do ambiente escolar, paz, deixar a militância fora das escolas. Pode-se falar de política de uma forma plural, civilizada, não impositiva".

No documento, o MEC lista seis direitos dos alunos, entre eles o direito de que o ensino seja ministrado com base no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, resguardada a liberdade de expressão. Também enfatiza o direito de o aluno não "ser prejudicado em ambiente escolar, em razão de sua história, de seus saberes, de características que compõem a sua identidade, de suas crenças e convicções" e não ser submetido "a uma promoção inadequada comunicação comercial, inclusive publicidade ou propaganda de qualquer natureza". O ofício ainda recomenda que a comunidade escolar deve respeitar "o direito do aluno de guardar suas crenças e convicções desde que não incitem à violência".

Não impositivo

Segundo o ministro, o ofício apenas destaca aspectos já previstos em lei e não é impositivo. Cada secretaria estadual e municipal de Educação deverá avaliar a possibilidade de implementar as sugestões. O MEC disponibilizou canais para que os entes federativos e também os próprios estudantes, professores e associações de pais e alunos possam tirar dúvidas sobre as medidas ou denunciar situações que estejam em desacordo com as diretrizes do *Escola de Todos*.

"Estamos tentando achar um caminho, democraticamente, com todo mundo, com as secretarias estaduais e municipais. Estamos passando vários canais de comunicação do MEC, para caso haja dúvidas, excessos, ineficiências, para que eles sejam encaminhados de forma institucional e a gente veja e analise se há ou não o descumprimento de alguma lei, para ser corrigido", disse Weintraub. Ele chamou a iniciativa de um "chamamento para lembrar a todos para que serve uma escola". O ministro não chegou a informar se o governo pretende propor algum tipo de projeto de lei para institucionalizar o *Escola de Todos* no futuro.

Além das secretarias estaduais e municipais de Educação, o ofício foi enviado para os presidentes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC quer reduzir para 70% o gasto das universidades federais com salários Em Brasília

O Ministério da Educação (MEC) quer reduzir para 70% o gasto das universidades federais com a folha de pagamento nos próximos dez anos. Hoje, pagar a folha corresponde a 85% do total das despesas. A meta faz parte da estratégia para diminuir despesas com pessoal por meio de mudanças no modelo de contratação de docentes e servidores para o regime CLT. O sindicato dos docentes, Andes, diz que isso vai prejudicar as pesquisas e elevar a rotatividade de profissionais.

Quase metade da força de trabalho na administração federal está nas instituições de ensino. O orçamento para todas as 63 universidades federais em 2019 é de R\$ 49,621 bilhões - são R\$ 42,3 bilhões com salários.

Ao Estadão/Broadcast, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, antecipou que as universidades que aderirem ao Future-se, ação federal para captar verba privada, "vão ter de passar a contratar via CLT, e não mais via concurso público". O texto do novo programa, que ainda será enviado ao Congresso, tem sofrido resistência de parte das universidades.

Secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima afirmou ontem que a redução de 15 pontos percentuais nos gastos com servidores e professores representaria a maior reforma do governo, depois da previdenciária. "A CLT é um método, mas não é o objetivo em si. O objetivo é ter uma limitação de despesas com pessoal", disse ele.

Lima disse que o Conselho Superior das universidades determinará quais serviços poderão ser prestados por funcionários contratados pela CLT. Destacou, ainda, que as contratações terão de ser feitas por meio das Organizações Sociais (OSs) e pelas fundações de apoio.

Segundo ele, a adesão ao modelo das OSs, tipo de associação privada sem fins lucrativos, pode ser feita pelas universidades em parte ou em sua totalidade. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC envia ofício a secretarias de educação para coibir excessos nas escolas **Ligia Formenti, com colaboração de Renata Cafardo e Felipe Resk** Em Brasília

O Ministério da Educação (MEC) informou ter encaminhado para secretarias municipais e estaduais de educação e para entidades de classe um ofício determinando que as escolas adotem o "pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas" e evitem "propaganda político-partidária". O projeto, que destaca que aos professores cabe "ensinar, não doutrinar", foi denominado pelo ministério como Escola de Todos.

As diretrizes apresentadas pelo governo (veja abaixo) guardam semelhança com o que é postulado pelo Escola sem Partido - embora o movimento reivindique a existência de uma lei com regras sobre o tema. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que o comunicado tem como objetivo alcançar a cultura de paz na rede pública

de ensino. "É um chamamento para ponderar, esvaziar as tensões", justificou.

Para Weintraub, o texto é claro ao falar da necessidade da existência de um canal para que pais e diretores busquem soluções e para que "excessos de qualquer parte" sejam proibidos. "Não é para pegar professores. É para pegar excessos", completou. Não haverá fiscalização direta do governo, disse, mas os pais estão convidados a acompanhar de perto o que é ensinado e, caso estejam insatisfeitos, um canal de comunicação estará aberto.

Um dos objetivos do documento é que professores exponham em sala de aula todas as vertentes. "Não é correto puxar para um lado", frisou o ministro. Questionado se isso deveria ser aplicado a questões como se houve ditadura no País ou se o nazismo era de direita ou de esquerda, o ministro afirmou que caberá ao professor "lecionar, não doutrinar".

Ele procurou estabelecer relação entre o pluralismo de ideias e a paz escolar. E citou como exemplo um aluno com convicções ideológicas diferentes da maioria dos colegas que teria cometido suicídio. O combate à prática e ao bullying fazem parte da proposta.

O ministro procurou afastar, porém, a relação entre o documento e o Escola sem Partido. Esse movimento político foi criado em 2004 no Brasil e divulgado em todo o país pelo advogado Miguel Nagib e tem como foco evitar a "doutrinação em sala de aula". "O nome do documento é Escola de Todos. Que fique bem claro", completou. Weintraub não esclareceu se o comunicado abre espaço para eventual proposta de lei sobre o tema. "Queremos uma escola de paz."

Legislação

Em sua página oficial, o MEC destacou cinco direitos dos alunos, incluindo o de que "professores e comunidade escolar devem respeitar as crenças e convicções do estudante". Segundo o ministério, o texto não inova, mas deixa claras legislações já vigentes.

Para a presidente executiva do Movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz, "não há nenhum estudo" que mostre existir doutrinação na escola. "A evidência que temos é que a relação aluno e professor é determinante para o aprendizado. E isso pode estar sendo rompido por uma medida sem evidência." Ela também critica o envio do ofício sem diálogo prévio com municípios e Estados.

As diretrizes

1. Ter um ensino ministrado com base no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, resguardada a liberdade de expressão, a tolerância de opiniões e o acesso, em sala de aula, às diversas versões, teorias e perspectivas sociais, culturais, econômicas e históricas;
2. Não ser prejudicado por história, identidades, crenças e convicções políticas ou ideológicas;
3. Não ser submetido a comunicação comercial inadequada - como propagandas político-partidárias - no ambiente escolar;

4. Seguir a religião que esteja de acordo com suas convicções;

5. Professores e comunidade escolar devem respeitar as crenças e convicções do estudante, desde que não incitem à violência, de forma a evitar qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC diz ter enviado ofício a secretarias pedindo "pluralismo de ideias"

O Ministério da Educação (MEC) disse nesta segunda-feira, 23, ter encaminhado a secretarias municipais e estaduais de Educação e para entidades de classe um ofício determinando que escolas adotem o "pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas" e evitem o que a equipe classifica como "propaganda político-partidárias" no ambiente escolar. O ministro, Abraham Weintraub, afirmou que o comunicado tem como objetivo alcançar a cultura de paz na rede pública de ensino. Ele evitou, porém, relacionar o documento com o Escola sem Partido.

"É um chamamento para ponderar, esvaziar as tensões", justificou. O documento não foi apresentado à imprensa. As diretrizes apresentadas pelo governo guardam semelhança com o que é postulado pelo Movimento Escola sem Partido, embora o movimento reivindique a existência de uma lei com regras sobre o tema. No Congresso, já tramitam projetos que defendem esse modelo.

Para Weintraub, o comunicado deixa clara a existência de um canal para que pais e diretores busquem soluções e para que "excessos de qualquer parte" sejam proibidos. "Não é para pegar professores. É para pegar excessos", completou. Não haverá fiscalização direta do governo, disse, mas pais estão convidados a acompanhar de perto o que é ensinado e, caso estejam insatisfeitos, um canal de comunicação estará aberto.(...)

No Estadão.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC quer combate à doutrinação

Em Brasília

O Ministério da Educação (MEC) informou ter encaminhado para secretarias municipais e estaduais de educação e para entidades de classe um ofício determinando que as escolas adotem o "pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas" e evitem "propaganda político-partidária". O projeto, que destaca que aos professores cabe "ensinar, não doutrinar", foi denominado pelo ministério como Escola de Todos.

As diretrizes apresentadas pelo governo (veja abaixo) guardam semelhança com o que é postulado pelo Escola sem Partido - embora o movimento reivindique a existência de uma lei com regras sobre o tema. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que o comunicado tem como objetivo alcançar a cultura de paz na rede pública de ensino. "É um chamamento para ponderar, esvaziar as tensões", justificou.

Para Weintraub, o texto é claro ao falar da necessidade da existência de um canal para

que pais e diretores busquem soluções e para que "excessos de qualquer parte" sejam proibidos. "Não é para pegar professores. É para pegar excessos", completou. Não haverá fiscalização direta do governo, disse, mas os pais estão convidados a acompanhar de perto o que é ensinado e, caso estejam insatisfeitos, um canal de comunicação estará aberto.

Um dos objetivos do documento é que professores exponham em sala de aula todas as vertentes. "Não é correto puxar para um lado", frisou o ministro. Questionado se isso deveria ser aplicado a questões como se houve ditadura no País ou se o nazismo era de direita ou de esquerda, o ministro afirmou que caberá ao professor "lecionar, não doutrinar".

Ele procurou estabelecer relação entre o pluralismo de ideias e a paz escolar. E citou como exemplo um aluno com convicções ideológicas diferentes da maioria dos colegas que teria cometido suicídio. O combate à prática e ao bullying fazem parte da proposta. O ministro procurou afastar, porém, a relação entre o documento e o Escola sem Partido. Esse movimento político foi criado em 2004 no Brasil e divulgado em todo o país pelo advogado Miguel Nagib e tem como foco evitar a "doutrinação em sala de aula". "O nome do documento é Escola de Todos. Que fique bem claro", completou. Weintraub não esclareceu se o comunicado abre espaço para eventual proposta de lei sobre o tema. "Queremos uma escola de paz."

Legislação

Em sua página oficial, o MEC destacou cinco direitos dos alunos, incluindo o de que "professores e comunidade escolar devem respeitar as crenças e convicções do estudante". Segundo o ministério, o texto não inova, mas deixa claras legislações já vigentes.

Para a presidente executiva do Movimento Todos pela Educação, Priscila Cruz, "não há nenhum estudo" que mostre existir doutrinação na escola. "A evidência que temos é que a relação aluno e professor é determinante para o aprendizado. E isso pode estar sendo rompido por uma medida sem evidência." Ela também critica o envio do ofício sem diálogo prévio com municípios e Estados. /

As diretrizes

1. Ter um ensino ministrado com base no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, resguardada a liberdade de expressão, a tolerância de opiniões e o acesso, em sala de aula, às diversas versões, teorias e perspectivas sociais, culturais, econômicas e históricas;
2. Não ser prejudicado por história, identidades, crenças e convicções políticas ou ideológicas;
3. Não ser submetido a comunicação comercial inadequada - como propagandas político-partidárias - no ambiente escolar;
4. Seguir a religião que esteja de acordo com suas convicções;

5. Professores e comunidade escolar devem respeitar as crenças e convicções do estudante, desde que não incitem à violência, de forma a evitar qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Em ofício, MEC pede ensino com diversidade de teorias e versões

O Ministério da Educação encaminhou, nesta segunda-feira (23), um ofício para as secretarias estaduais e municipais de Educação com orientações e diretrizes a serem adotadas no ensino público. Batizado de Escola de Todos, o documento sugere a adoção de medidas com o objetivo de garantir o "pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, respeito às diferenças, tolerância, combate ao bullying, [e] à automutilação e a não exposição a propagandas político-partidárias dentro das instituições de ensino". De acordo com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, que convocou uma coletiva de imprensa para anunciar o envio do ofício, a ideia é criar um ambiente de acolhimento nas escolas.

"O objetivo é dar um ambiente acolhedor para as crianças, diminuir o bullying, melhorar os indicadores educacionais, reduzir a automutilação e o suicídio, preservando o direito das pessoas se expressarem dentro do que é um ambiente civilizado, normal, sem excessos. Evidentemente tem alguns vídeos que mostram excessos e excessos têm que ser coibidos. É plural, tem que contar várias versões, não pode falar só de um lado", disse.

Weintraub defendeu a necessidade de pacificar a sala de aula e criticou a existência de militância política nas escolas. "É buscar uma pacificação do ambiente escolar, paz, deixar a militância fora das escolas. Pode-se falar de política de uma forma plural, civilizada, não impositiva".

No documento, o MEC lista cinco direitos dos alunos, entre eles o direito de "ter um ensino com base no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, resguardada a liberdade de expressão, a tolerância, de opiniões e o acesso, em sala de aula, às diversas versões, teorias e perspectivas sociais, culturais, econômicas e históricas". Também enfatiza o direito de o aluno não "ser prejudicado por sua história, identidades, crenças e convicções políticas ou ideológicas" e não "ser submetido a uma comunicação comercial inadequada - como propagandas político-partidárias - no ambiente escolar". O ofício ainda recomenda que "professores e comunidade escolar devem respeitar as crenças e convicções do estudante, desde que não incitem à violência, de forma a evitar qualquer tipo de constrangimento ou ameaça".

Não impositivo

Segundo o ministro, o ofício apenas destaca aspectos já previstos em lei e não é impositivo. Cada secretaria estadual e municipal de Educação deverá avaliar a possibilidade de implementar as sugestões. O MEC disponibilizou canais para que os entes federativos e também os próprios estudantes, professores e associações de pais e alunos possam tirar dúvidas sobre as medidas ou denunciar situações que estejam em desacordo com as diretrizes do Escola de Todos.

"Estamos tentando achar um caminho, democraticamente, com todo mundo, com as secretarias estaduais e municipais. Estamos passando vários canais de comunicação do MEC, para caso haja dúvidas, excessos, ineficiências, para que eles sejam encaminhados de forma institucional e a gente veja e analise se há ou não o descumprimento de alguma lei, para ser corrigido", disse Weintraub. Ele chamou a iniciativa de um "chamamento para lembrar a todos para que serve uma escola". O ministro não chegou a informar se o governo pretende propor algum tipo de projeto de lei para institucionalizar o Escola de Todos no futuro.

Além das secretarias estaduais e municipais de Educação, o ofício foi enviado para os presidentes do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC anuncia ofício para "coibir excessos" de professores e evitar suicídios

Do UOL, em São Paulo

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou hoje que o MEC enviou para escolas de educação básica de todo país um documento chamado "Escola de Todos", com o intuito de "coibir excessos" dos educadores e propiciar um "ambiente sadio" para os estudantes, onde eles não estejam sujeitos a automutilação e suicídio.

No documento estão presentes diretrizes de ensino baseadas "no pluralismo de ideias, de concepções pedagógicas, respeito às diferenças, tolerância, combate ao bullying, à automutilação e ao suicídio e a não exposição à propaganda político-partidária dentro da instituição de ensino".

De acordo com o ministro, o documento se baseia na legislação brasileira e é "razoável". Ele explicou que essa não é uma perseguição aos professores e sim, aos excessos, já que o ambiente para as crianças menores precisa ser "focado em alfabetização e não em política".

Weintraub não apresentou dados sobre a relação entre discussão política e suicídio, mas contou que teve um aluno que tirou a própria vida por discordâncias políticas em sala de aula. Ele também não informou quais tipos de diretrizes serão repassadas às escolas e nem mostrou estudos ou levantamentos que tenham sido utilizados para fundamentar a nova cartilha.

Quando perguntado se teorias como o criacionismo estão incluídas no conceito de "pluralidade de ideias" apresentado do documento, o ministro ressaltou que "criacionismo não é biologia".

O ministro ainda destacou que o ofício faz parte de uma ação conjunta com outros ministérios para combater o suicídio.